



Negacionismo científico e climático e desinformação como ameaças à liberdade acadêmica nas Américas

**Maranta Political Intelligence para a Coalizão
pela Liberdade Acadêmica nas Américas**



C L A A

Coalición por la Libertad
Académica en las Américas



Initiative

Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas, CLAA



Autoria

Maranta Political Intelligence

Coordenação e Revisão editorial:

Camilla Croso

Comitê Executivo da CLAA

Scholars at Risk

Center for Human Rights Research and Teaching
at the University of Ottawa
University of Monterrey

SCHOLARS AT RISK
NETWORK

protection advocacy learning



Depuis 1981 | Since 1981

Centre de recherche & d'enseignement sur les

DROITS DE LA PERSONNE

HUMAN RIGHTS

Research & Education Centre

UDEM

30 de outubro de 2025

ÍNDICE

RESUMO	5
CONTEXTUALIZAÇÃO: Negacionismo e liberdade acadêmica	7
NOTAS METODOLÓGICAS	15
DEMOCRACIA E CIÊNCIA EM CRISE	19
Desinformação, incorreção e negacionismo na era da pós-verdade	19
Regimes autoritários e políticas anticientíficas	22
UMA TIPOLOGIA DO NEGACIONISMO E DA DESINFORMAÇÃO	27
ATORES QUE PROMOVEM A DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA	35
NEGAÇÃO CLIMÁTICA, INCORREÇÃO E ATRASO NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA À LIBERDADE ACADÊMICA E AO DIREITO À CIÊNCIA	43
Estados Unidos	44
Brasil	49
Principais eventos de desinformação, incorreção e atraso climáticos em outros países da América Latina	54
AÇÕES PARA SUPERAR O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO E PROMOVER A LIBERDADE ACADÊMICA	59
UM CAMINHO A SEGUIR: Defender a ciência e a liberdade acadêmica na era da emergência climática	69
REFERÊNCIAS	73



RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE

UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO

ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA

NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA
À LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA

AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



RESUMO

Este relatório examina o negacionismo climático e a desinformação nas Américas, com foco nos aspectos políticos do fenômeno, incluindo suas origens, manifestações e impacto no cenário político e social. O relatório tem como objetivo compreender a relação entre esse fenômeno e a desinformação e o negacionismo científico mais amplos, como ele se cruza com a ascensão de líderes e movimentos autoritários e as maneiras pelas quais esses elementos se reforçam mutuamente e ameaçam a liberdade acadêmica. Empregando uma abordagem exploratória qualitativa, o relatório inclui uma revisão sistemática da literatura, diálogos com quatorze especialistas da academia e de organizações internacionais, e um estudo de caso comparativo com foco no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países da América Latina.

O estudo apresenta uma tipologia do negacionismo climático e da desinformação para servir como uma ferramenta pragmática que esclarece as várias maneiras pelas quais a ciência climática é atacada ou descartada. Além disso, fornece uma visão geral dos atores mais comumente envolvidos na promoção de diferentes formas de desinformação. Também propõe estratégias para combater esses fenômenos por meio de políticas públicas, iniciativas da sociedade civil, comunicação científica e ações educacionais, fornecendo exemplos de países como Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Chile, México e Argentina.

O relatório enfatiza que o negacionismo científico, particularmente o negacionismo climático e a desinformação, representa uma ameaça direta à liberdade acadêmica — o direito de produzir, compartilhar e defender o conhecimento sem interferência. Instrumentos internacionais reconhecem o direito à ciência como um direito humano, e relatórios recentes enfatizam a importância da liberdade acadêmica e do direito de participar de pesquisas científicas. No entanto, ataques a cientistas, incluindo assédio e ameaças, estão se tornando cada vez mais comuns, e a liberdade acadêmica está sendo restringida em muitos países.

O documento também destaca a importância da COP30 como plataforma para discutir a integridade da informação, o direito à ciência e a liberdade acadêmica, especialmente à luz do aumento documentado da desinformação climática na véspera do evento.

RESUMO



CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA
À LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



CONTEXTUALIZAÇÃO: Negacionismo e liberdade acadêmica

Nos últimos 50 anos, a ciência climática reuniu informações e descobertas científicas que corroboram o consenso unânime sobre a origem antropogênica das mudanças climáticas e seus impactos acelerados (Santini; Barros, 2022; Schweickart, 2019; Cook; Ellerton; Kinkead, 2018). No entanto, na última década, o continente americano tornou-se uma das principais áreas a sofrer um ressurgimento do negacionismo científico — a rejeição ou distorção sistemática do consenso científico bem estabelecido (Björnberg *et al.*, 2017; Losekann, 2024) — que está intimamente ligado à desinformação, à incorreção, à polarização política, à pós-verdade, aos interesses corporativos e ao enfraquecimento das instituições acadêmicas. Nesse contexto, narrativas negacionistas surgiram recentemente em vários campos científicos, particularmente em saúde pública, eficácia de vacinas, epidemiologia, biologia evolutiva e estudos de solo e mineração (Cassiani; Selles; Ostermann, 2022; Hansson, 2017; McLintic, 2019), bem como nas ciências sociais, manifestando-se como negacionismo histórico e ataques às teorias feministas e críticas da raça.

A pandemia da Covid-19 foi um evento significativo que, por um lado, representou uma situação urgente que exigiu atenção para descobertas científicas e ações públicas baseadas na ciência. Por outro lado, foi caracterizada pela influência contínua da desinformação na retórica pública e na tomada de decisões (Marta; Toraldo, 2023; Fonseca *et al.*, 2021; Jaspal; Nerlich, 2023).

Ao mesmo tempo, discursos que promovem a negação das mudanças climáticas e a desinformação, e que minam a pesquisa científica, ganharam força nos últimos anos, desafiando diretamente o consenso e os esforços para a adaptação e mitigação climática (Pulles, 2025; Hansson, 2018; Cann; Raymond, 2018; Wong-Parodi; Feygina, 2020). Além disso, o negacionismo climático e a desinformação podem ser identificados como uma razão significativa pela qual as políticas de redução das emissões de gases de efeito estufa têm sido ineficazes nas últimas duas décadas, particularmente nos Estados Unidos (McCright;

Dunlap, 2010; Petersen; Stuart; Gunderson, 2019). No entanto, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2022 sugeriu que a inação climática se deveu, em parte, “à desinformação sobre a ciência climática, que semeou incertezas”.

É importante observar que o negacionismo científico, do qual o negacionismo climático é um exemplo, representa uma ameaça direta ao direito à educação, particularmente à liberdade acadêmica. Isso se refere ao direito dos acadêmicos e instituições de produzir, compartilhar e defender o conhecimento sem interferência.

O direito à ciência é reconhecido como um direito humano em vários instrumentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Carta da Organização dos Estados Americanos, entre outros. Além disso, à luz desses instrumentos, bem como do Comentário Geral nº 25 do Comitê das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Conselho Internacional de Ciência enfatizou que a ciência é um bem público que deve ser protegido, particularmente em um contexto global que prejudica o direito de participar, se beneficiar e contribuir para a ciência.

Em agosto de 2025, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu um Parecer Consultivo (PC) sobre Emergência Climática e Direitos Humanos, determinando que o direito à ciência é autônomo e que, portanto, as políticas climáticas devem se basear em evidências empíricas. A Corte também afirmou que negar a existência das mudanças climáticas ou adotar medidas ineficazes poderia constituir uma violação das obrigações estabelecidas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Protocolo de San Salvador. A Corte também reconheceu que o conhecimento indígena e tradicional está interligado com a ciência e que seus direitos intelectuais devem ser respeitados.

O Relatório da Relatora Especial na área dos direitos culturais, Alexandra Xanthaki, sobre o direito de participar na ciência (A/HRC/55/44) destaca uma perspectiva mais inclusiva sobre o direito à ciência. Ela observa que o conceito de ciência evoluiu para abranger uma variedade de abordagens científicas. A Relatora Especial enfatiza que todos devem poder se envolver com a ciência de várias maneiras. Para esse fim, ela recomenda o estabelecimento de conexões numerosas e diversas entre cientistas e formuladores de políticas, bem como a promulgação de medidas específicas para eliminar as barreiras que impedem a participação na ciência. Ela conclui que a liberdade científica é essencial e que todos os indivíduos e instituições, em todos os níveis, devem adotar uma abordagem da ciência baseada nos direitos humanos.

Em seu relatório sobre o direito à liberdade acadêmica (2024), a Relatora Especial sobre o direito à educação, Farida Shaheed, enquadra o conceito de liberdade acadêmica da perspectiva do direito à educação. Shaheed define a liberdade acadêmica como a liberdade dos indivíduos de acessar, criar e compartilhar informações; de pensar sem restrições; e de se envolver com conhecimentos diversos dentro de sua área, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico. Esse direito traz consigo a responsabilidade de buscar a verdade, defender a ética profissional e aplicar o conhecimento para resolver questões sociais atuais. Shaheed argumenta que essa liberdade deve se estender não apenas aos acadêmicos, mas a todos os educadores, pesquisadores e estudantes em todos os níveis de ensino.

O relatório descreve quatro pilares da liberdade acadêmica: o direito de ensinar; o direito de debater abertamente; o direito de realizar pesquisas; e o direito de compartilhar descobertas e opiniões. Para alcançar isso, a Relatora Especial recomenda reavaliar a neutralidade educacional, desenvolver currículos e credenciar livros didáticos. Ela enfatiza que os educadores só podem cultivar o pensamento crítico e oferecer pontos de vista variados se sua própria liberdade acadêmica for protegida. Por fim, Shaheed insta o Conselho de Direitos Humanos e todas as partes interessadas a adotarem e implementarem os “Princípios para a Implementação do Direito à Liberdade Acadêmica” para fortalecer esse direito globalmente.

Isso é importante porque, conforme documentado pelo Índice de Liberdade Acadêmica, 80% da população mundial vive em países que restringem a liberdade acadêmica de alguma forma. Em vários países das Américas, por exemplo, cientistas, pesquisadores e estudantes envolvidos em pesquisas relacionadas ao clima têm enfrentado assédio, cortes de financiamento e pressão institucional. Por outro lado, várias iniciativas estratégicas foram implementadas para combater a desinformação climática em ambientes educacionais, políticos, de comunicação e comunitários (Mendy; Karlsson; Lindvall, 2024; Oliveira *et al.*, 2024; Hestres, 2020; Hansson, 2017, 2018).

Nos Estados Unidos e no México, um estudo realizado pelo Cambridge Globalism Project (2024) descobriu que 13% dos cidadãos americanos e 10% dos mexicanos acreditam que as mudanças climáticas não são causadas pela atividade humana, enquanto 5% e 2%, respectivamente, afirmaram que não acreditam que o fenômeno seja real. No Brasil, um estudo nacional mapeou as percepções dos cidadãos sobre as mudanças climáticas (Spektor, Fasolin; Salgado, 2024). Embora haja um consenso sobre a realidade do fenômeno, 44% dos entrevistados afirmaram não acreditar na gravidade de seu impacto em suas vidas diárias. Outro estudo constatou que 9% dos brasileiros não acreditam nas mudanças climáticas (DataFolha, 2025).

Trata-se de um fenômeno que representa uma consequência extrema da disseminação contínua de desinformação. Esse fenômeno não deve ser entendido apenas como a reprodução de falsidades isoladas, mas sim como um método sistemático de produzir inverdades que atacam as instituições, normas e consensos que moldam a realidade social (Bortoluci; Guerin, 2025). O negacionismo representa um extremo em um espectro de integridade científica, e é importante compreender suas nuances e como ele opera no contexto da desinformação e da inação climática.

Portanto, é crucial situar o negacionismo climático e científico e a desinformação no contexto mais amplo da crise institucional democrática e da era da pós-verdade (Fischer, 2019). Isso se manifesta no discurso político, nas mobilizações sociais e nas campanhas que manipulam informações para criar a ideia de que as mudanças climáticas — ou mesmo eventos históricos — são meramente uma construção retórica impulsionada por agendas políticas.

Além disso, em novembro de 2024, foi lançada a Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas, uma parceria entre a UNESCO e o governo brasileiro, com o objetivo de financiar pesquisas, iniciativas da sociedade civil, campanhas de conscientização e ações diplomáticas.


De acordo com o Programa da UNESCO sobre Liberdade e Segurança dos Cientistas, a liberdade acadêmica é um pilar para o “florescimento” e o “desenvolvimento” da ciência. No entanto, fenômenos recentes apontam para uma tendência preocupante: “a confiança na ciência é continuamente minada”. Relatórios de outras entidades indicam isso, tais como: 49% das mulheres cientistas sofreram assédio em seus locais de trabalho (Ipsos, 2023); 39% dos cientistas que trabalham com temas climáticos sofreram assédio online devido às suas pesquisas (Global Witness, 2023); de 2022 a 2023, foram registrados 409 ataques a instituições de ensino superior, de acordo com a Free to Think of Scholars at Risk (2023); 22% dos pesquisadores receberam ameaças violentas após falarem sobre a Covid-19 na mídia (Nature, 2023).

Nesse contexto, o programa da UNESCO está estruturado em torno de cinco pilares principais que visam fortalecer a proteção dos cientistas e a liberdade acadêmica. Estes incluem: i) colaborar com os Estados-Membros, tanto a nível ministerial como técnico, para identificar políticas de apoio; ii) aumentar a visibilidade por meio de um “Apelo à Ação” para destacar a urgência da liberdade e segurança dos cientistas; iii) recolher e analisar dados para monitorizar a situação dos pesquisadores; iv) reforçar as capacidades institucionais no terreno, particularmente em zonas de emergência e conflito; e

v) formar alianças estratégicas com várias partes interessadas para maximizar o impacto do programa.

O Observatório da Integridade da Informação afirmou que todas as ações climáticas dependem da integridade da ciência, das informações e dos dados climáticos. Como uma atualização de novas narrativas e formas, a desinformação climática no século XXI não é apenas um fenômeno político, mas também econômico, uma estratégia para atrasar e bloquear soluções climáticas. O uso retórico da negação, do ceticismo e de outras nuances na disseminação da desinformação é empregado de maneira diferente em cada país como um meio de adiar ações, particularmente por parte dos governos.

A COP 30 como uma oportunidade para discutir a integridade da informação, o direito à ciência e a liberdade acadêmica



Durante o Evento Especial sobre o Clima para Chefes de Estado e de Governo nas Nações Unidas em setembro de 2025, o presidente Lula afirmou que a COP 30 será a “COP da verdade” porque “terá que dizer se acreditamos no que a ciência nos mostra. Se nós, como líderes e chefes de Estado, confiamos ou não na ciência”. Ele também disse que as mudanças climáticas e o multilateralismo estão sendo negados e que “precisamos superar esse círculo vicioso de desconfiança e inação”.

Nesse sentido, Lula exortou a comunidade internacional a agir e assumir compromissos reais na COP 30, pois não fazê-lo poderia alimentar ainda mais o negacionismo. Isso é especialmente importante porque, nos 50 dias que antecederam a COP 30 em Belém, o Observatório da Integridade da Informação documentou uma duplicação na disseminação de desinformação climática — palavras-chave relacionadas à conferência global apareceram 14.000 vezes ao lado de palavras como “desastre”, “piada”, “catástrofe” e “fracasso”. Isso representa um aumento de 267% em relação a julho.

Para abordar essa questão, a presidência da COP 30 identificou a integridade das informações climáticas como um tema prioritário para o evento e nomeou o enviado especial Frederico Assis para estabelecer canais de diálogo e chegar a acordos mútuos sobre o assunto. Considera-se que essa questão tenha impacto nas negociações, na mobilização e na agenda de ações.

Além disso, a COP 30 contará com um Pavilhão Científico oficial pela primeira vez em 30 anos. Coordenado por cientistas, o pavilhão discutirá evidências e dados científicos e promoverá a liberdade acadêmica.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é examinar o negacionismo climático, a desinformação e a incorreção nas Américas a partir de uma perspectiva política. O estudo analisará as origens, manifestações e impactos desses fenômenos no cenário político e social da região. O objetivo principal é compreender a relação entre esse fenômeno e o negacionismo científico mais amplo, bem como sua interseção com a ascensão da extrema direita em todo o continente. O estudo destaca a inter-relação e o reforço mútuo desses elementos e seu impacto sobre o direito à liberdade acadêmica.

O estudo também apresenta estratégias para enfrentar diferentes formas de negacionismo climático e científico e desinformação. Essas estratégias se concentram em políticas públicas, iniciativas da sociedade civil, comunicação científica e ações educacionais. Exemplos e discussões centrados em países das Américas, como Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Chile, México e Argentina, refletem o recente desenrolar do fenômeno na região.

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO



NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA
À LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



NOTAS METODOLÓGICAS

A abordagem metodológica deste estudo se justifica pela falta de pesquisas sistemáticas sobre negacionismo científico e climático e desinformação no contexto político das Américas, dado o impacto negativo desses fenômenos sobre a liberdade acadêmica. Embora o tema tenha ganhado visibilidade nos últimos anos devido ao surgimento de movimentos autoritários e à disseminação da desinformação, a produção científica permanece fragmentada, com lacunas significativas na articulação entre ciência, mudanças climáticas e instituições democráticas. Portanto, a relativa novidade do fenômeno exige um mapeamento cuidadoso das abordagens existentes como ponto de partida para uma análise crítica mais aprofundada.

Além disso, a polissemia de termos como “negacionismo climático”, “ceticismo climático”, “populismo epistêmico”, “desinformação” e “incorrecção” destaca a urgência da definição conceitual. Esses termos são frequentemente usados de forma intercambiável ou ambígua, dificultando a construção de diagnósticos precisos e a comparabilidade dos estudos. Assim, é crucial desenvolver uma tipologia analítica que organize e categorize as várias manifestações da desinformação científica e climática. Isso proporcionará uma base teórica mais robusta para pesquisas futuras e intervenções práticas. O objetivo principal é compreender o fenômeno e suas manifestações em contextos locais.

Para tal, o estudo emprega uma **abordagem exploratória qualitativa**, com foco em uma revisão sistemática da literatura para mapear e compreender as principais discussões teóricas e empíricas sobre desinformação científica e climática, particularmente no contexto da crise democrática contemporânea nas Américas. A intenção é identificar os mecanismos sociais, políticos e institucionais que alimentam o ceticismo em relação às evidências científicas sobre as mudanças climáticas na região; os fatores que favorecem a disseminação de desinformação; e as estratégias empregadas para combater tais dinâmicas dentro dos regimes democráticos. Primeiramente, **85 relatórios e artigos científicos** foram analisados por meio de pesquisa sistemática em bancos de dados internacionais. Um conjunto de palavras-chave foi selecionado para capturar a literatura nacional e internacional sobre o tema, orientando

esse processo. Os principais termos foram: “negacionismo científico”, “negacionismo climático”, “negação da ciência”, “negação das mudanças climáticas”, “desinformação”, “negacionismo”, “populismo epistêmico”, “atraso das mudanças climáticas”, “ceticismo climático” e “incorreção”. Esses termos foram combinados com “democracia”, “valores democráticos”, “instituições”, “crise da democracia”, “autoritarismo”, “extrema direita”, “política” e “líderes políticos” para fornecer uma perspectiva política sobre o fenômeno.

Em segundo lugar, foi realizada uma série de diálogos com especialistas que estudaram diretamente e trabalharam para compreender os mecanismos por trás da desinformação climática. Entre junho e julho de 2025, foram realizadas sete conversas com 14 participantes da academia e de organizações internacionais. Esses diálogos foram cruciais para aprofundar e debater definições conceituais, identificar lacunas na literatura e reunir exemplos de práticas e ações bem-sucedidas para combater o negacionismo climático, a desinformação e a incorreção.

Por fim, foi realizado um **estudo de caso comparativo** com foco no debate em torno do fenômeno em três contextos específicos nos últimos cinco anos: Brasil, Estados Unidos e outros países da América Latina, incluindo Argentina, Colômbia, Chile e México. Esses países foram selecionados devido à sua relevância política, territorial e social nas Américas, bem como à importância de suas políticas climáticas e ao surgimento de uma ampla gama de discursos políticos sobre ciência e liberdade acadêmica nos últimos anos. A análise desses contextos e eventos específicos ilustra como a desinformação climática se manifesta, apresentando estratégias locais para resistir e combater a desinformação e as narrativas negacionistas.

Seleção de casos



A seleção dos EUA, sob Donald Trump, e do Brasil, sob Jair Bolsonaro, para análise se deve ao seu *status* como as duas maiores economias do continente americano, onde o negacionismo científico, a desinformação e os ataques à liberdade acadêmica permeiam as estruturas estatais e governamentais.

A Argentina, como a quarta maior economia da América Latina e o quarto maior produtor de petróleo da região, está passando por um fenômeno semelhante ao do Brasil e dos EUA sob o atual governo de Javier Milei.

O México, como a segunda maior economia da América Latina e o segundo maior produtor de petróleo da região, foi escolhido porque tem sido governado por administrações de esquerda, incluindo López Obrador e Claudia Sheinbaum, que é a primeira cientista climática a governar um país no mundo. Mesmo assim, há contrações, especialmente em relação ao atraso climático e à inação em algumas esferas econômicas.

Da mesma forma, os governos da Colômbia, sob Gustavo Petro, e do Chile, sob Gabriel Boric, representam contrapontos interessantes à agenda negacionista e à oposição à liberdade acadêmica, com o caso colombiano tendo importância significativa devido ao seu papel como ator-chave na região amazônica.

Este estudo empregou uma triangulação de três estratégias metodológicas para fornecer uma compreensão abrangente, crítica e baseada em evidências do negacionismo científico, do negacionismo climático e da desinformação. Por meio da integração de estruturas teóricas, *insights* de especialistas e análises de casos empíricos, este estudo propõe uma tipologia conceitual e identifica áreas críticas de ação para promover a integridade da informação.

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS



**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA
À LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



DEMOCRACIA E CIÊNCIA EM CRISE

Desinformação, incorreção e negacionismo na era da pós-verdade

Os termos “desinformação”, “incorreção” e “obscurantismo” são frequentemente usados de forma intercambiável na literatura que discute o negacionismo climático e a desinformação (Gertrudix *et al.*, 2024; Losekann, 2024), indicando uma falta de clareza conceitual (Broda; Strömbäck, 2024; Treen; Williams; O’Neill, 2020; Björnberg *et al.*, 2017). Além disso, termos como “notícias falsas” e “pós-verdade” ganharam destaque no discurso público na última década (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017; Fischer, 2019). O Dicionário Oxford define “pós-verdade” como “relativo a, ou que denota, circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos emocionais”, o que será explorado abaixo.

Primeiro, incorreção refere-se a informações falsas ou imprecisas, o que significa que “os fatos não são reais”. Muitas vezes, está relacionada a “erros” e à imprecisão dos verificadores de fatos (Comissão Europeia, 2018). A desinformação, um fenômeno semelhante, mas diferente, representa a disseminação de informações falsas com a intenção deliberada de enganar — em outras palavras, é criada com “notícias falsas” (*fake news*).

A principal diferença entre incorreção e desinformação é se a informação falsa tem a intenção de enganar. Ambas podem ser consideradas estratégias de comunicação de desinformação climática (Humprecht *et al.*, 2020; Wardle, 2018; Broda; Strömbäck, 2024). Já em 1995, o Segundo Relatório de Avaliação sobre Mudanças Climáticas do IPCC abordou o uso da incorreção para criar incerteza sobre a ciência climática (Gertrudix *et al.*, 2024).

Além disso, embora seja importante observar as diferenças conceituais, Heffernan (2024, p. 1) argumenta que, no contexto da desinformação

climática e dos ataques à ciência climática, pode ser mais produtivo considerar todos esses termos como “informações enganosas, como se fossem resultado de uma campanha de desinformação deliberada, direcionada, bem financiada e muitas vezes nefasta”.

Termo	Breve descrição	Intencionalidade	Exemplo
Incorreção	Informação falsa ou enganosa baseada em fatos incorretos ou mal interpretados.	Não intencional	Compartilhar dados climáticos desatualizados como se fossem precisos.
Desinformação	Informações deliberadamente falsas ou manipuladas com o objetivo de induzir em erro.	Intencional	Empresas de combustíveis fósseis financiam relatórios que minimizam as mudanças climáticas.
Obscurantismo	A prática de impedir deliberadamente que os fatos ou detalhes completos sejam conhecidos, o que retém ou complica o acesso à verdade ou ao conhecimento.	Frequentemente intencional	Evitar a publicação de evidências científicas sobre o impacto das indústrias de combustíveis fósseis nas mudanças climáticas.

A **incorreção**, a **desinformação** e o **obscurantismo** não são fenômenos sociais recentes, mas ganharam novas formas, que incluem um aumento nas estratégias que podem estar relacionadas ao advento da internet e ao uso das mídias sociais (Oliveira *et al.*, 2024; Wu, Wang; Ma, 2024; Cook, 2022; Santini; Barros, 2022). Além disso, têm um impacto direto na forma como o público percebe as mudanças climáticas e suas consequências na vida cotidiana (Lewandowsky, 2021; Noorgard, 2011, 2019), bem como na sua capacidade de interpretar informações precisas sobre o assunto. Normalmente, as principais consequências ocorrem quando a incorreção, a desinformação e o obscurantismo estão incorporados em uma teoria da conspiração (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017).

Alguns autores apontaram que a **desinformação** sobre as mudanças climáticas tem um efeito polarizador, o que significa que serve como uma estratégia para exacerbar um debate público e crenças políticas já tensas (Cook, 2022; Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017; Antonio; Brulle, 2011; Lewandowsky, 2021; Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017). Nesse sentido, esforços coordenados destinados a impedir

iniciativas climáticas — frequentemente baseados em narrativas enganosas sobre as mudanças climáticas (Almiron; Moreno, 2022) — influenciam significativamente os processos de tomada de decisão, minam a confiança pública e reduzem a eficácia das políticas públicas e sua implementação. Campanhas destinadas a criar confusão e moldar narrativas alternativas que contrariam o consenso científico estão no centro da desinformação climática (Roe; Shapira, 2021; Lewandowsky, 2021). A indústria de combustíveis fósseis é reconhecida como um dos principais impulsionadores da desinformação generalizada (Supran; Oreskes, 2021), um fenômeno que chamou a atenção para o negacionismo na década de 1980 (Dunlap; McCright, 2011).

Nesse contexto, o termo “negação” ou “negacionismo” tem sido usado pela literatura como um conceito abrangente para sintetizar as diferentes estratégias e atitudes que questionam o consenso científico sobre as mudanças climáticas (Losekann, 2024; Gertrudix *et al.*, 2024; Toni, 2024). Além disso, o termo negacionismo ajuda a compreender a dimensão institucional e política desse fenômeno (Santini; Barros, 2022).

Ao mesmo tempo, Bosco, Fetz e Souza (2024) argumentam que o **negacionismo climático** está relacionado a uma expressão de ataque à ciência como instituição moderna que constrói relações de poder na esfera pública. Nessa perspectiva, para esses autores, o fenômeno seria uma expressão de uma disputa social sobre o papel da ciência na construção da verdade, e não uma discussão sobre a dinâmica interna do trabalho científico, como suas ambivalências, incertezas e limitações.

Regimes autoritários e políticas anticientíficas

Pesquisas recentes sugerem que a suscetibilidade das pessoas à incorreção, à desinformação e ao negacionismo científico também pode estar distribuída de forma assimétrica entre as divisões políticas (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017; Cook, 2020). A negação da ciência pode ser entendida como uma “relutância em acreditar nas evidências científicas existentes” (Björnberg *et al.*, 2017, p. 237).

Nesse sentido, não apenas a ciência climática está ameaçada pela polarização assimétrica impulsionada pela política, mas também outros consensos científicos, que têm sido relacionados a governos de direita, autoritários e populistas (Gauchat, 2012; Lewandowsky; Cook; Lloyd, 2016; Antonio; Brulle, 2016; Wong-Parodi; Feygina, 2020). A criação de “fatos alternativos” e o surgimento de uma era “pós-verdade” têm sido discutidos como ameaças à governança democrática (McIntyre, 2018; D’Ancona, 2017; Fischer, 2019). Antonio e Brulle (2011) demonstram que o negacionismo climático e a desinformação são estratégias simbólicas e políticas que aumentam a resistência às políticas climáticas, construindo um conflito ideológico que transcende as discussões técnicas e científicas.

Nesse contexto, a produção de pseudociência ou ciência falsa surge como uma distorção dos fatos e da realidade por meio de lentes tendenciosas e premissas falsas (Thaler; Shiffman, 2015; Santini; Barros, 2022; Oliveira; Martins; Toth, 2020). Pesquisas específicas sugerem que esse tipo de disputa e ataque à ciência como um valor liberal tende a se concentrar mais em tópicos associados a identidades políticas, ideológicas e religiosas (Guilbeault; Becker; Centola, 2018), como mudanças climáticas, vacinas, outras questões de saúde e ciências sociais. Portanto, como observado desde a década de 1980 no caso das campanhas das indústrias de combustíveis fósseis nos EUA, os negacionistas climáticos geralmente defendem “outro tipo de ciência” em vez de simplesmente adotar uma postura anticientífica (Petersen; Vincent; Westerling, 2019; van Eck; Feindt, 2021; Dunlap; McCright, 2010; Santini; Barros, 2022; Brulle, 2018).

De acordo com um relatório do Instituto Clayman para Pesquisa de Gênero da Universidade de Stanford, os ataques às iniciativas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) — entendidos aqui como expressões de negacionismo científico e desinformação — aumentaram exponencialmente nos últimos anos. Entre 2023 e novembro de 2024, 84 projetos de lei anti-DEI foram apresentados em 28 estados dos EUA, 12 dos quais se tornaram lei e 13 aguardam aprovação legislativa final. O relatório também sugere que o aumento dos ataques à DEI pode ser caracterizado como uma escalada do pânico conservador,

que começou, em particular, com ataques negacionistas à Teoria Crítica da Raça (CRT), como uma resposta contínua aos protestos de 2020 por George Floyd.

A proibição de livros sobre negros nas escolas, bem como a restrição do ensino sobre a história do racismo, corrobora a tese de que esses ataques são outra expressão do negacionismo científico e da desinformação. Isso não se limita mais ao nível discursivo de uma franja radical, mas tem como alvo principal as instituições, especialmente as educacionais. No mesmo relatório, Hakeem Jefferson, professor assistente de Ciência Política em Stanford e diretor do programa sobre Identidade, Democracia e Justiça, ilustra claramente o componente anti-liberdade acadêmica dessa agenda, prevendo que “veremos muitas universidades com medo de serem chamadas perante uma comissão do Congresso, com medo de serem investigadas, com medo de perder dinheiro... Acho que veremos... muitas cedências e desistências”. Fenômenos correlatos ocorrem nos estudos de gênero e sexualidade, abrangidos pelos conceitos vazios e pejorativos de “ideologia de gênero”, “teoria de gênero” ou mesmo “genderismo”, amplamente disseminados entre grupos conservadores em países como os EUA, Brasil e Argentina.

Alguns autores afirmaram que o cenário de campanhas que promovem o negacionismo climático por meio de várias estratégias, como incorreção e desinformação, está intimamente relacionado à desintegração democrática, pois prejudica as políticas baseadas em evidências (Hefferman, 2024; Gwiazdon; Brown, 2023). Ao fomentar um sentimento de incerteza e falsa equivalência no discurso público, cria-se um terreno fértil para a inação e o atraso (Lindvall, 2021). Isso está intimamente relacionado ao direito de acessar e produzir ciência, bem como aos valores democráticos, como autonomia e liberdade (Hefferman, 2024; Lindvall, 2021). Portanto, a ciência desempenha um papel central nos “regimes da verdade” (Fischer, 2019).

Como mencionado acima, não há nada de “criticamente disruptivo” nesse fenômeno; no entanto, a eleição de Donald Trump em 2016 levantou preocupações sobre o surgimento de uma “política pós-verdade” (Fischer, 2019). Nesse sentido,

“ A política pós-realidade e a pós-verdade são vistas como denotando uma cultura política na qual a discussão e o debate são moldados por apelos emocionais desconectados dos detalhes empíricos das questões políticas. Elas se relacionam com a afirmação repetida de argumentos e questões que ignoram a opinião de

especialistas e a refutação factual. Em vez de enfatizar a verificação e a falsificação empíricas, a pós-verdade relega os fatos, na melhor das hipóteses, a considerações secundárias” (Fischer, 2019, p. 134).

Os negacionistas climáticos são frequentemente mobilizados por emoções e crenças, em vez de se basearem em fatos concretos. Nesse contexto, os céticos climáticos geralmente acreditam que os cientistas climáticos fazem parte de uma agenda política impulsionada por um regime de verdade “esquerdista”, que defende o planejamento e a regulamentação econômica, restrições às liberdades sociais e econômicas e uma governança cada vez mais centralizada (Fischer, 2019; Antonio; Brulle, 2016). Esse cenário pode contribuir para o aumento da polarização política em relação ao clima, à ciência e à informação.

Além disso, autores argumentam que a postura anticientífica, associada a sentimentos de traição por parte dos cientistas, está sendo incentivada como um pilar de apoio ao projeto neoliberal no século XXI (Hameleers; Van Der Meer, 2021; Santini; Barros, 2022; Dunlap; McCright, 2010).

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**



**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA
À LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



UMA TIPOLOGIA DO NEGACIONISMO E DA DESINFORMAÇÃO

Esta seção discute categorias distintas que podem ser enquadradas sob o termo genérico “**negacionismo climático e desinformação**”. Ao promover uma tipologia específica para esse fenômeno polissêmico, que carece de consenso conceitual na literatura, podemos prever uma série de estratégias, ações e omissões que compõem o fenômeno como um todo (Almiron; Moreno, 2022; Losekann, 2024; Gertrudix *et al.*, 2024; Toni, 2024). Essa abordagem nos ajuda a entender o fenômeno de uma forma mais ampla e também mais específica, considerando suas múltiplas nuances e divergências.

Promover e criar dúvidas sobre a ciência, rejeitar as causas humanas das mudanças climáticas ou suas possíveis consequências, e atacar cientistas com ataques pessoais têm sido táticas empregadas por esse movimento de oposição climática — ou “*contramovimento*” (Lamb *et al.*, 2020; Pringle; Robbins, 2022; Mann, 2021; Supran; Oreskes, 2021).

A tipologia a seguir foi desenvolvida após uma análise sistemática da literatura, bem como entrevistas e diálogos realizados como parte deste projeto. Como qualquer tipologia, ela não deve ser considerada uma descrição definitiva dos fenômenos, mas sim um conjunto de ferramentas para compreender episódios complexos ou grupos de desinformação, que são profundamente afetados por variáveis regionais, nacionais, sociais, comunicacionais e políticas.

Os tipos apresentados abaixo são:

■ Negacionismo climático literal
■ Ceticismo climático
■ Atraso ou obstrução climática
■ O climate doomerism
■ Desinformação impulsionada por eventos

NEGACIONISMO CLIMÁTICO LITERAL refere-se à rejeição do consenso científico sobre as mudanças climáticas causadas pelo homem, bem como à negação total de que as mudanças climáticas são um problema (Toni, 2024; Losekann, 2024). Ele evoluiu de uma postura marginal para uma força sociopolítica potente ao longo de várias décadas (Petersen; Stuart; Gunderson, 2019). Historicamente, a negação da ciência climática remonta às décadas de 1980 e 1990, quando empresas de combustíveis fósseis e *think tanks* alinhados começaram a semear dúvidas sobre o aquecimento global para proteger seus interesses (McCright; Dunlap, 2003, 2010; Cook, 2019; Cann; Raymond, 2018). Esses esforços têm como objetivo “financiar, moldar e promover a negação climática”, atrasando com sucesso as ações políticas (Lindvall, 2019). A negação climática pode ser caracterizada como uma rejeição motivada de evidências em favor de visões políticas ou pessoais (Hefferman, 2024; Reed *et al.*, 2021; Gwiazdon; Brown, 2023; Fischer, 2019; Antonio; Brulle, 2023). Com o tempo, a negação simplista tornou-se menos comum, com o surgimento de argumentos mais sofisticados (Petersen; Stuart; Gunderson, 2019; Toni, 2024; Losekann, 2024; Cann; Raymond, 2018; McCright; Dunlap, 2015; Bjornberg *et al.*, 2017; Almiron; Moreno, 2022).

“ A negação ideológica refere-se às ideias e práticas subjacentes às respostas às mudanças climáticas que (1) reconhecem a realidade, as origens humanas e a gravidade das mudanças climáticas e desejam ação imediata, (2) mas diagnosticam erroneamente os fatores estruturais das mudanças climáticas, (3) limitando assim ações mais eficazes e (4) reproduzindo a formação social que impulsiona as mudanças climáticas” (Petersen, Stuart & Gunderson, 2019, p. 135).

Além da negação literal — a rejeição total de que o aquecimento global está ocorrendo —, o negacionismo climático abrange formas mais sutis. Estas incluem a negação interpretativa, em que os fatos não são negados, mas recebem um significado diferente (como atribuir as mudanças climáticas a causas naturais em vez de atividades humanas), e a negação implicativa, que aceita as evidências, mas rejeita as “implicações psicológicas, morais ou políticas” necessárias para reduzir as emissões, como mudanças nos hábitos (Petersen; Stuart; Gunderson, 2019).

O desmantelamento da pesquisa científica sobre o clima, incluindo o corte de financiamento e ataques a cientistas, está profunda e intencionalmente ligado ao negacionismo climático, servindo como uma estratégia central para impedir ações climáticas e proteger interesses particulares (Thaler; Shiffman, 2015; Santini; Barros, 2022; Oliveira; Martins; Toth, 2020). Os principais métodos usados para desmantelar a pesquisa científica e suas descobertas, possibilitando assim o negacionismo climático, incluem:

- **Atacar a ciência e os cientistas:** essa estratégia generalizada envolve acusações de que a pesquisa climática é “ciência sem valor” ou que os cientistas manipulam dados para obter financiamento ou promover suas inclinações políticas. Eventos como o “Climategate”, que envolveu interpretações errôneas de e-mails roubados, foram explorados para atacar cientistas e lançar dúvidas sobre a integridade da ciência climática. Isso também inclui ataques “*ad hominem*” que visam a credibilidade e as motivações de cientistas e ativistas individuais, em vez de seus dados.
- **Fabricar incerteza:** uma tática de longa data é “fabricar incerteza”, destacando as incertezas científicas percebidas ou exigindo certeza absoluta como pré-requisito para a ação política, mesmo quando existe um forte consenso científico (Dunlap; McCright, 2010). Isso cria a ilusão de uma falta de acordo científico, tornando as pessoas menos inclinadas a apoiar políticas.
- **Controle do fluxo de informações e recursos:** Isso envolve direcionar pesquisas para “áreas não ameaçadoras”, ocultar informações prejudiciais ou interpretar seletivamente os resultados das pesquisas para lançar dúvidas sobre as ligações entre produtos industriais e consequências ambientais. Também pode implicar na supressão direta de informações climáticas, na remoção de especialistas científicos de órgãos governamentais ou no subfinanciamento de pesquisas climáticas.
- **Deturpação do método científico:** Os negacionistas frequentemente exigem “provas” das mudanças climáticas em vez de aceitar o “consenso”, apelando para uma compreensão convencional da ciência enquanto deturpam a natureza do progresso científico em campos complexos. Eles empregam “falsos especialistas”, selecionam dados de forma tendenciosa ou “criam expectativas impossíveis” em relação às evidências científicas.
- **Teorias conspiratórias:** Uma característica comum é a promoção da “ideação conspiratória”, retratando a ciência climática como uma “farsa” ou parte de uma “conspiração” orquestrada por “elites cosmopolitas” ou um “estado profundo” (DeLay, 2024). Essas narrativas são projetadas para tornar “a própria ciência climática como produto da corrupção acadêmica e política”.

Como já discutido na seção anterior, a consequência final desses esforços para desmantelar a pesquisa científica é a erosão da confiança pública na ciência e nas instituições democráticas, criando confusão, apatia e complacência, que, por sua vez, transformam-se em inação climática (Noorgard, 2011, 2012, 2019; Gauchat, 2012; Lewandowsky; Cook; Lloyd, 2018; Antonio; Brulle, 2016; Wong-Parodi; Feygina, 2020).

No contexto das mudanças climáticas, a “**ciência alternativa**” e a “**pseudociência**” são estratégias deliberadas empregadas por negacionistas das mudanças climáticas para criar a *aparência* de um debate científico legítimo ou explicações alternativas válidas, enquanto rejeitam ativamente o consenso científico esmagador (Hansson,

2017; Pongiglione; Martini, 2022). Em última análise, trata-se de um esforço estratégico para desorientar o público, minar a confiança nas instituições científicas legítimas e atrasar ações climáticas significativas, transformando um consenso científico em uma disputa percebida como política ou ideológica (Hansson, 2018; Clarke, 2024).

CETICISMO CLIMÁTICO é um termo usado para descrever indivíduos ou grupos que duvidam ou contestam o entendimento científico dominante sobre as mudanças climáticas (Hoffman, 2011; Dunlap, 2013). Embora muitas vezes seja autoaplicado por aqueles que desafiam a ciência climática, é importante distingui-lo do “ceticismo científico” genuíno, que é uma parte essencial do método científico que envolve examinar todas as evidências, questionar suposições e reservar o julgamento até que as evidências sejam convincentes (Dunlap, 2013; Petersen; Stuart; Gunderson, 2019; Poortinga *et al.*, 2011). Em contrapartida, o ceticismo climático refere-se a outro termo para abordar a oposição ao reconhecimento da realidade e da gravidade do aquecimento global antropogênico. É uma forma de fabricar dúvidas (Biddle; Leuschner, 2015) e discutir preocupações que muitas vezes mascaram interesses e motivações (Stern *et al.*, 2016). Conforme afirmado por Perkins (2015, p. 287), os neocéticos “não negam o aquecimento global antropogênico, mas minimizam seus efeitos projetados e consideram os esforços de mitigação injustificáveis”.

A influente tipologia de Rahmstorf (2004) identifica três formas principais: ceticismo em relação à tendência, que nega que o aquecimento global esteja ocorrendo; ceticismo em relação à atribuição, que aceita que o aquecimento está ocorrendo, mas afirma que os seres humanos não são responsáveis (também conhecido como “negação branda”); e ceticismo em relação ao impacto, que assume que o aquecimento global será inofensivo ou até mesmo benéfico. Esses tipos são vistos como partes do que Cohen (2013) chamou de “negação literal”.

Além disso, os estudiosos também distinguem o ceticismo epistêmico, que questiona as evidências científicas em si, do ceticismo de resposta, que expressa dúvidas sobre a viabilidade, necessidade ou consequências das ações políticas destinadas a lidar com as mudanças climáticas. O **ceticismo de resposta** frequentemente levanta argumentos sobre altos custos econômicos, sacrifícios pessoais, a impraticabilidade das soluções ou “*whataboutism*” (por exemplo, preocupações com as emissões de outros países). Essas várias formas de ceticismo, embora distintas, são frequentemente “fortemente interligadas” na mente do público. Elas geralmente têm origem na ideologia política, nas visões de mundo pessoais (como preferências conservadoras ou antissistema) e em uma desconfiança geral nas instituições políticas e nos especialistas científicos (Hobson; Nieymeer, 2012, p. 396).

Alguns autores argumentam que “ceticismo” é um termo impreciso para desinformação e negacionismo científico e climático (Jacques, 2006, 2012; Lewandowsky *et al.*, 2013; Liu, 2012; Monbiot, 2005; O’Neill; Boykoff, 2010; Whitmarsh, 2011; Bjornberg *et al.*, 2017; Poortinga *et al.*, 2011). Nesse sentido, pode ser visto como um sinônimo e tem sido usado por alguns estudiosos para discutir as mesmas ideias; Dunlap (2013) propõe uma noção de ceticismo-negação como um *continuum*.

O ATRASO OU OBSTRUÇÃO CLIMÁTICA representa uma forma contemporânea e muitas vezes mais insidiosa de oposição à ação climática, distinta da negação climática total, mas frequentemente empregada pelos mesmos atores (Losekann, 2019; Lindvall, 2019; Pringle; Robin, 2022). Enquanto a negação climática tradicional rejeita explicitamente o consenso científico sobre as mudanças climáticas causadas pelo homem, o atraso aceita a existência das mudanças climáticas, mas justifica a inação ou esforços inadequados. Nesse sentido, ele se baseia na ideia de que “temos tempo” ou “a tecnologia nos ajudará a agir a tempo” (Toni, 2024). Embora pareça “apoiar a ação climática”, na verdade serve como uma estratégia para adiá-la (Supran; Oreskes, 2021; Pringle; Robin, 2022).

À medida que a negação flagrante se tornou cada vez mais implausível devido aos impactos crescentes e intensificados das mudanças climáticas, discursos mais sofisticados surgiram como uma estratégia sutil para desafiar o consenso sobre as mudanças climáticas (Pringle; Robin, 2022). Nesse sentido, os interesses dos combustíveis fósseis e organizações aliadas mudaram de tática, substituindo a negação total por desinformação destinada a semear dúvidas suficientes para atrasar ações climáticas reais, proteger seus interesses econômicos e manter os negócios como de costume (Supran; Oreskes, 2021). Dessa forma, alguns autores apontaram que “o atraso é a nova negação” (Shue, 2023; DeLay, 2024) devido à sua natureza generalizada e eficácia em impedir a ação climática. Essa abordagem emprega táticas retóricas que parecem facilitar o debate legítimo, mas que, em última análise, servem para obstruir políticas (Losekann, 2024).

Os “discursos do atraso climático” podem ser categorizados em diferentes estratégias (Lamb *et al.*, 2020):

- **Redirecionar a responsabilidade:** isso envolve transferir o ônus da ação climática dos atores poderosos ou das mudanças sistêmicas para indivíduos, outras indústrias ou outros países. A sofisticação do negacionismo climático por meio do atraso também é observada, pois “os oponentes do clima estão enfatizando os efeitos negativos das políticas climáticas sobre as pessoas comuns, além de seus argumentos anticientíficos” (Cann; Raymond, 2018, p. 17).
- **Promover soluções não transformadoras:** essa estratégia defende soluções incrementais ou tecnológicas que não desafiam o sistema

econômico subjacente nem exigem mudanças sociais profundas. Isso pode se manifestar como “muita conversa, pouca ação”, em que metas ambiciosas de longo prazo são estabelecidas sem planos concretos de implementação.

- **Enfatizar as desvantagens das políticas climáticas:** essa tática destaca os possíveis impactos sociais e econômicos negativos das ações climáticas, como perda de empregos, aumento de custos ou ameaças à prosperidade, muitas vezes ignorando os benefícios ou os custos maiores da inação. Os argumentos a favor do “perfeccionismo político” também se enquadram nessa categoria, insistindo em uma cautela desproporcional para evitar a perda do apoio público.

Esses discursos de adiamento muitas vezes incorporam verdades parciais e apelam para preocupações legítimas, tornando-os mais convincentes e difíceis de combater do que negações diretas. Eles são ativamente disseminados por *think tanks* conservadores, indústrias de combustíveis fósseis e políticos, que aproveitam a mídia e as plataformas sociais para minar o apoio público e político às políticas climáticas e atrasar o cumprimento das metas climáticas.

O CLIMATE DOOMERISM é um discurso específico (também frequentemente referido como “*climate doomism*”) intimamente associado ao atraso climático, que aceita a existência das mudanças climáticas, mas justifica a inação ou esforços inadequados (Lamb *et al.*, 2020). Ele argumenta que quaisquer ações tomadas são “muito poucas, muito tardias” e que as mudanças climáticas catastróficas já estão “garantidas” (Lamb *et al.*, 2020, p. 5). Os defensores do pessimismo frequentemente expressam o sentimento de que “o apocalipse climático está chegando. Para nos prepararmos para ele, precisamos admitir que não podemos evitá-lo”. Essa abordagem se enquadra na estratégia mais ampla de “rendição às mudanças climáticas”, que descarta a possibilidade de mitigação eficaz devido ao que parecem ser desafios políticos, sociais ou biofísicos insuperáveis. Ao contrário da negação climática literal, que rejeita a realidade ou a natureza antropogênica das mudanças climáticas, o pessimismo reconhece o problema, mas promove um sentimento de desesperança em relação às soluções (Mann, 2021; Johnstone; Stickles, 2024). Além disso, a principal consequência é que ele mobiliza sentimentos como medo e ansiedade, criando um estado de choque total e inação (Hulme, 2019; Coffey *et al.*, 2021).

“ O exagero da ameaça climática por parte dos propagadores do pessimismo — vamos chamá-los de “pessimistas” — é, na melhor das hipóteses, inútil. Na verdade, o pessimismo hoje representa, sem dúvida, uma ameaça maior à ação climática do que a negação total. Pois se o aquecimento catastrófico do planeta fosse realmente inevitável e não

houvesse nenhuma ação da nossa parte para evitá-lo, por que deveríamos fazer alguma coisa? O pessimismo pode nos levar ao mesmo caminho da inércia que a negação total da ameaça (Mann, 2021, p. 179).

Esse discurso implica que os esforços de mitigação são inúteis (Johnstone; Stickles, 2024). Ao argumentar que transformações sociais profundas são dificilmente imagináveis, ele promove soluções não transformadoras, desviando o foco de políticas rigorosas para intervenções mínimas ou medidas baseadas em tecnologia que são, em última análise, insuficientes. Essa estratégia dificulta o apoio público e político a políticas climáticas ambiciosas, atrasando efetivamente o cumprimento das metas climáticas. Esse “enquadramento apocalíptico” do colapso do sistema pode prejudicar o envolvimento público, promovendo a apatia (Davidson; Kemp, 2024).

A DESINFORMAÇÃO IMPULSIONADA POR EVENTOS (ou, mais precisamente, a rejeição ou adiamento das medidas climáticas influenciadas por eventos) refere-se ao fenômeno em que as atitudes e ações em relação às mudanças climáticas são moldadas pelas respostas de indivíduos ou grupos a eventos específicos relacionados ao clima ou a informações científicas alarmantes, às vezes levando à inação ou rejeição, em vez de aumentar a preocupação. Enquanto o negacionismo climático tradicional pode rejeitar explicitamente o consenso científico sobre as mudanças climáticas causadas pelo homem, essa forma mais sutil muitas vezes reconhece o problema, mas encontra maneiras de justificar a inação ou os esforços inadequados com base em como esses eventos ou informações são percebidos e processados. Isso pode se manifestar como uma evasão estratégica da urgência ou da responsabilidade, permitindo a manutenção do *status quo*.

O impacto dos eventos nas atitudes é complexo e nem sempre direto. Por exemplo, eventos climáticos extremos podem levar a um aumento das atitudes pró-ambientais, especialmente se os indivíduos atribuírem esses eventos às mudanças climáticas. No entanto, paradoxalmente, à medida que as evidências das mudanças climáticas se acumulam e as previsões se tornam mais alarmantes, o interesse e a preocupação podem, às vezes, *diminuir* — um fenômeno às vezes chamado de “fadiga climática”. Isso pode ser resultado de mecanismos psicológicos de enfrentamento, nos quais os indivíduos experimentam sentimentos de medo, impotência ou culpa quando confrontados com informações avassaladoras. Para aliviar essa “dissonância cognitiva”, as pessoas podem reinterpretar os fatos, transferir a responsabilidade ou negar as implicações de suas ações. Esse processo faz parte de uma “negação socialmente organizada”, em que normas culturais, táticas de conversação e atenção seletiva são usadas para se distanciar de informações perturbadoras, fazendo com que a inação pareça “parte da vida cotidiana” e mantendo uma “dupla realidade” confortável.

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**



**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA
À LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



ATORES QUE PROMOVEM A DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA

O negacionismo climático e a desinformação nas Américas são fenômenos complexos e multifacetados, intimamente ligados à dinâmica política e social de cada país. Mais do que uma simples negação dos fatos científicos e climáticos, trata-se de uma estratégia ideológica articulada que envolve atores políticos, econômicos, religiosos e midiáticos. Além disso, essa estrutura de resistência à ciência climática contribuiu significativamente para o atraso das ações ambientais e a disseminação de desinformação ao público (Pulles, 2025; Hansson, 2018; Cann; Raymond, 2018).

Nesse sentido, vários atores nos níveis local, nacional e global desempenham um papel significativo na disseminação de desinformação climática (Dunlap; McCright, 2010; Dunlap; Bresler, 2020; Bjornberg et al., 2017; Dunlap; Brulle, 2020), o que contribui para o negacionismo climático como uma expressão extrema disso, bem como uma forma de negar a ciência e valores democráticos, como o direito à liberdade científica.

A tabela a seguir apresenta alguns desses atores, categorizando-os por tipo ou escala de operação e como promovem o negacionismo e a desinformação. Também apresentamos brevemente exemplos de países das Américas, que serão desenvolvidos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Escala: Global e nacional

Ator: *Grandes empresas e indústrias*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

A principal estratégia adotada pelas grandes empresas petrolíferas é enganar o público e os investidores sobre suas metas de redução de emissões, suas ações para cumprir o Acordo de Paris, a viabilidade das tecnologias de baixo carbono e seus compromissos de apoiar várias políticas climáticas (um fenômeno chamado greenwashing). Isso pode ser visto como uma expressão suave do negacionismo climático expresso em desinformação sobre as metas climáticas.

Além disso, há vários casos históricos em que grandes empresas e indústrias promoveram e financiaram discursos e narrativas de negacionismo climático por meio da mídia, associações corporativas e políticas industriais — bem como financiaram pesquisas pseudocientíficas para promover a incerteza (Cooks et al., 2019).

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

Desde a década de 1980, diferentes corporações da indústria de combustíveis fósseis (por exemplo, ExxonMobil), associações comerciais (por exemplo, Associação Nacional de Fabricantes), filantropos conservadores (por exemplo, Fundação Lynde e Harry Bradley) e think tanks conservadores criaram diferentes coalizões de negação organizada das mudanças climáticas (Dunlap; McCright, 2010; Dunlap; Bresler, 2020).

Nos Estados Unidos, o American Petroleum Institute também foi um dos primeiros e mais importantes atores, tendo formulado em 1998 o “Plano de Ação para a Comunicação da Ciência Climática Global”. Esse plano foi elaborado para promover uma dúvida generalizada entre a mídia (Beder, 1999; Hoggan; Littlemore, 2009; Dunlap; Bresler, 2020). Além disso, a ExxonMobil é uma das principais empresas que tem apresentado apoio de longo prazo à negação das mudanças climáticas (Farrell, 2016; Mooney, 2005; Dunlap; Bresler, 2020; Craig, 2016).

Escala: Global e nacional

Ator: *Líderes nacionais*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

Os líderes nacionais podem minimizar ou negar as mudanças climáticas para manter o poder político e econômico, muitas vezes alinhando-se aos interesses corporativos ou ideologias nacionalistas. Eles podem enquadrar as políticas ambientais como ameaças à soberania ou ao desenvolvimento econômico e suprimir dados científicos ou ativismo ecológico.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

No Brasil, sob o governo Bolsonaro (2019–2022), as agências ambientais foram enfraquecidas e as mudanças climáticas foram sistematicamente minimizadas (Queiroz-Stein et al., 2023). Discursos oficiais frequentemente descartaram o aquecimento global como uma “conspiração da esquerda” (Meneses; Barbosa, 2021).

Ator: *Movimentos e estudiosos anticientíficos/
movimentos e acadêmicos anticlímático*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

Esses atores frequentemente desacreditam a ciência climática questionando a legitimidade das instituições acadêmicas e do consenso científico. Eles podem invocar valores culturais ou religiosos para resistir às políticas ambientais e produzir contra-conhecimento ou alegações pseudocientíficas para justificar posições negacionistas.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

No Brasil, em 2021, mais de 20 palestras foram realizadas por cientistas que receberam financiamento do agronegócio para disseminar desinformação sobre as mudanças climáticas e promover a narrativa de que elas não eram causadas pelo homem (BBC, 2021).

O Contramovimento das Mudanças Climáticas é uma rede online que não apenas facilita a circulação de discursos negacionistas, mas também reforça sua legitimidade ao estabelecer vínculos entre entidades com autoridade institucional e alcance internacional (McKie, 2021).

Escala: Local

Ator: *Líderes subnacionais*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

Governadores, prefeitos e autoridades locais podem ignorar ou obstruir políticas climáticas por razões políticas ou econômicas. Alguns se alinham com agendas negacionistas nacionais, enquanto outros podem deixar de implementar planos locais de mitigação ou adaptação devido a pressões políticas ou falta de interesse.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

Em alguns estados brasileiros governados por coalizões favoráveis ao agronegócio, os sistemas locais de monitoramento ambiental foram desmantelados ou tiveram seu financiamento cortado, reduzindo a capacidade local de políticas climáticas (Observatório do Clima, 2022).

Além disso, o governador do Rio Grande do Sul, diante das enchentes de janeiro de 2024 que afetaram mais de 700.000 pessoas, evitou publicamente referências às mudanças climáticas como causa estrutural de eventos climáticos extremos, concentrando-se, em vez disso, na resposta de emergência e na recuperação da infraestrutura (Democracia em Xequê, 2024).

Ator: *Líderes comunitários*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

Os líderes de opinião locais, como figuras religiosas, autoridades ou empresas locais, podem influenciar significativamente a percepção do público sobre as mudanças climáticas. Eles podem reproduzir discursos negacionistas ou promover a resistência às ações climáticas devido a interesses econômicos regionais ou alinhamento ideológico.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

Nas comunidades latino-americanas, alguns líderes locais rejeitaram abertamente os acordos climáticos internacionais, retratando-os como formas de interferência estrangeira que ameaçam as tradições e os meios de subsistência locais.

Escala: Local

Ator: *Mídia local*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

Os meios de comunicação locais podem reforçar narrativas negacionistas ou subestimar os impactos das mudanças climáticas devido a preconceitos editoriais, interesses dos proprietários ou falta de conhecimento especializado. Isso pode contribuir para a desinformação ou o desinteresse do público pelas questões climáticas.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

Em 2022, uma reportagem local no Brasil destacou uma publicação que afirmava que mais de 1.100 cientistas de 57 países haviam assinado um manifesto negando a existência das mudanças climáticas. Essa desinformação circulou e foi posteriormente refutada com fatos, mas continuou amplamente disseminada nas redes sociais e no noticiário local.

Escala: Multissite

Ator: *Mídia tradicional nacional e local*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

Jornais e programas de televisão podem divulgar desinformação climática devido a negligência jornalística, alinhamento ideológico ou interesses econômicos (como agronegócio, energia, indústria de combustíveis fósseis ou mineração).

Nesse sentido, indústrias e empresas podem exercer controle sobre a mídia por meio de interesses econômicos, já que a mídia tradicional costuma ser propriedade das mesmas pessoas que dirigem essas empresas.

A mídia tradicional, tanto nacional quanto local, também pode servir como um meio de se envolver com narrativas políticas nas quais um líder ou candidato específico se baseia.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

Nos Estados Unidos, a Fox News tem estado intimamente relacionada à ideologia de direita, à negação das mudanças climáticas e ao apoio a Trump (Boulianne; Belland, 2022).

Escala: Multissite

Ator: *Plataformas online e redes sociais*

Como eles se relacionam com o negacionismo climático e científico, a incorreção e a desinformação

A desinformação climática encontrou um ambiente favorável nas redes sociais (Treen; Williams; O'Neill, 2020), principalmente porque informações falsas e narrativas contrárias são facilmente disseminadas digitalmente (Ramos; Vaz; Rodrigues, 2025). Além disso, os algoritmos servem como ferramentas para disseminar narrativas de negação climática. Eles podem criar “câmaras de eco”, que representam comunidades fechadas onde as mesmas ideias, sejam elas verdadeiras ou falsas, são continuamente reforçadas sem serem questionadas.

As grandes empresas de tecnologia e petrolíferas estão se fundindo e emergindo como um único participante — os interesses econômicos de um grupo seletivo de empresários podem ser aproveitados como ferramentas para promover um tipo específico de narrativa.

Breve exemplo nas Américas [veja a próxima seção para um debate mais específico]

Um estudo realizado na América do Norte, Europa e América Latina descobriu que as redes sociais (52,5%) e os sites e pseudomídia (25,8%) são as principais fontes de desinformação sobre as mudanças climáticas (Palau-Sampaio; Flores; Garcés, 2023).

Além disso, a maioria dos vídeos do YouTube sobre mudanças climáticas comunica pontos de vista anticientíficos (Allgaier, 2019).

O caso da primeira eleição de Trump e o papel desempenhado pela Cambridge Analytica no controle de algoritmos e narrativas é um exemplo essencial de como líderes políticos, grandes empresas e grandes empresas de tecnologia operam em conjunto para promover a desinformação a um grupo seletivo.

Source: Authors (2025).

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA À
LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



NEGAÇÃO CLIMÁTICA, INCORREÇÃO E ATRASO NAS AMÉRICAS COMO UMA AMEAÇA À LIBERDADE ACADÊMICA E AO DIREITO À CIÊNCIA

O debate em torno das mudanças climáticas é um exemplo extremo da politização da ciência. Nas Américas, os exemplos e casos práticos mostram que interesses comerciais, grupos políticos e pesquisadores com pouca ou nenhuma qualificação em climatologia uniram forças para criar uma “máquina de negação”. Essa máquina busca manter a aparência de um “debate científico aberto”, enquanto distorce sistematicamente os dados científicos capazes de sustentar um debate público informado sobre as mudanças climáticas (Begley, 2007).

Além disso, o negacionismo climático está intimamente associado ao neoliberalismo (Neubauer, 2010; Fremstad; Paul, 2022) e aos governos populistas (Agius *et al.*, 2020; Huber; Greussing; Eberl, 2018; Krange; Kaltenborn; Hultman, 2021). Tanto nos países da América do Norte quanto na América Latina, uma das principais narrativas que sustentam a desinformação climática é que a regulamentação ambiental e econômica “excessiva” constitui uma barreira ao desenvolvimento econômico (Miguel, 2022).

Esta seção apresenta uma análise da negação climática e suas nuances — como desinformação, negação, discursos acionados por eventos etc. — nos Estados Unidos e no Brasil, pois esses são os contextos em que o discurso negacionista se tornou mais institucionalizado e influente globalmente. Além disso, eventos específicos e dinâmicas políticas em outros países da América Latina (Colômbia, Chile, México e Argentina) são examinados para ilustrar como esse fenômeno mais amplo e complexo se manifesta por meio da resistência legislativa, da retórica antiambiental, do dismantelamento institucional e da promoção de políticas extrativistas, bem como de um discurso econômico para adiar a ação climática. Essa perspectiva comparativa destaca como a desinformação se manifesta em várias culturas e contextos políticos, variando da rejeição aberta da ciência

climática a formas mais sutis de inação, obstrução, ceticismo, incorreção, atrasos e minimização discursiva.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, as primeiras formulações do negacionismo climático e da desinformação datam da década de 1970 e reforçam que esse fenômeno transcende as disputas sobre a legitimidade do conhecimento científico (Hoggan, 2009; Oreskes; Conway, 2010; Lahsen, 2013; Miguel, 2022) e não pode ser descrito apenas pela oposição do setor energético às ações climáticas (Collomb, 2014; Dunlap *et al.*, 2016). A expressão do fenômeno nos Estados Unidos é complexa, abrangendo dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas e morais. Um estudo que analisou dados da plataforma X (antigo Twitter) entre 2017 e 2019 descobriu que 15% dos americanos negam a existência das mudanças climáticas (Gounaridis; Newell, 2024). Outras estimativas sugerem que 12% a 26% dos americanos negam as mudanças climáticas de alguma forma — seja devido à sua natureza antropocêntrica ou à negação total (McDonald *et al.*, 2020; Leiserowitz *et al.*, 2021).

Estudos mostram que a negação das mudanças climáticas nos EUA se expressa de maneira diferente em toda a região, com maior prevalência em áreas com maior dependência econômica de combustíveis fósseis (Knight, 2018), em comunidades rurais e em distritos historicamente republicanos (Gounaridis; Newell, 2024). Também se observa uma dimensão racial: os homens brancos são os principais adeptos do negacionismo climático (McCright; Dunlap, 2011).

Como vários autores documentaram e como foi mencionado anteriormente, associações corporativas que representam as grandes indústrias de petróleo e combustíveis fósseis travaram uma batalha direta contra a ciência climática na década de 1990 (Dunlap; McCright, 2010; Dunlap; Bresler, 2020; Craig, 2016). Esse movimento incluiu uma série de ataques diretos e desafios ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), com base em uma narrativa que promovia o “mercado livre” e se opunha diretamente aos ambientalistas, que eram vistos como “comunistas disfarçados” (Oreskes; Conway, 2010, p. 249). Além disso, a ação climática era vista como uma ameaça à competitividade capitalista americana (Collomb, 2014; Groves, 2013), bem como ao neoliberalismo global (Dunlap; McCright, 2015). Essa dinâmica teria até mesmo contribuído para a retirada dos EUA do Protocolo de Kyoto em 2001, durante o governo de George W. Bush (Hovi; Sprinz; Bang, 2010; Jacques; Dunlap; Freeman, 2008; McCright; Dunlap, 2003; Collomb, 2014; Armitage, 2005).

Durante a década de 1990, a mídia observou que a Casa Branca mobilizou a incerteza científica — um documento da Casa Branca vazado para a imprensa argumentava que a melhor maneira de lidar com o aquecimento global era “levantar as muitas incertezas” em torno da questão (New York Times, 19 de abril de 1990, p. B4). Além disso, o governo Bush rejeitou categoricamente o relatório do IPCC de 1990, uma ação que alimentou grande parte da tensão em torno da Conferência Ecológica do Rio de Janeiro de 1992. Em julho de 2008, Jason Burnett, ex-funcionário da EPA, escreveu uma carta ao Senado descrevendo os esforços do gabinete do vice-presidente Dick Cheney e do Conselho da Casa Branca sobre Qualidade Ambiental para censurar a discussão sobre as consequências das mudanças climáticas (The Guardian, 16 de janeiro de 2009).

Nos Estados Unidos, o debate sobre as mudanças climáticas tem sido cercado por uma polarização histórica de natureza ideológica, política e até mesmo identitária (Wong-Parodi; Feygina, 2020; McCright; Dunlap, 2010), manifestando-se como uma divisão entre liberais e republicanos. Vários estudos demonstram uma forte associação entre a ideologia conservadora nos EUA e a negação das mudanças climáticas (Ballew *et al.*, 2020; Benegal, 2018; Schmidt-Petri *et al.*, 2017; Hornsey *et al.*, 2016; Sarathchandra; Haltiner, 2021; Boulianne; Belland, 2022; Brulle *et al.*, 2012). A contínua “produção de incerteza” e “dúvida” sobre a ciência climática é uma das principais estratégias utilizadas por grupos conservadores em vários setores nos Estados Unidos (McCright; Dunlap, 2003, 2011; Painter *et al.*, 2023; Tessler, 2018).

De modo geral, é essencial considerar que o movimento de negação das mudanças climáticas nos Estados Unidos é composto por defensores do pequeno governo, conservadores sociais e membros da chamada direita religiosa (Collomb, 2014; Boulianne; Belland, 2022; McCright; Dunlap, 2010). Isso se deve à disseminação ativa de incorreções; o negacionismo nos EUA também se manifesta no silêncio estratégico de instituições específicas, como igrejas protestantes que têm ampla influência nos níveis local e nacional. Danielsen, DiLeo e Burke (2021) demonstram que líderes religiosos, como bispos católicos, frequentemente evitam discussões sobre mudanças climáticas, contribuindo assim para a invisibilidade da questão e a normalização da inação. Além disso, Zaleha e Szasz (2015) e Veldman (2019) analisam como o cristianismo norte-americano contribui para a deslegitimação da ciência climática ao enquadrar a crise ambiental como uma questão além do controle humano, ou mesmo como uma afronta à vontade divina. Essa visão, profundamente enraizada em grupos religiosos, contribui para uma rejeição moral e espiritual das ações de mitigação climática (Danielsen; DiLeo; Burke, 2021). Somado a isso,

está a desconfiança nas instituições acadêmicas e científicas como um dos principais pilares que reforçam o negacionismo das mudanças climáticas nos Estados Unidos. Alvarez, Debnath e Ebanks (2023) destacam que muitos americanos percebem os pesquisadores universitários como distantes e elitistas, o que prejudica sua credibilidade. Esse ceticismo é intensificado pela proliferação de “câmaras de eco” nas redes sociais, onde informações falsas e teorias da conspiração circulam livremente entre grupos extremistas e de nicho (Gounaris; Newell, 2024).

Em meio a esse silêncio, figuras da elite política e econômica ganham espaço e desempenham um papel crucial na formação da opinião pública sobre as mudanças climáticas (Brulle *et al.*, 2012), o que inclui a confiança no presidente Trump como fonte de informação sobre as mudanças climáticas (Boulianne; Belland, 2022; Gounaridis; Newell, 2024).

Durante o primeiro mandato de Trump, o termo “mudanças climáticas” sofreu uma redução de 40% no número de vezes em que apareceu nos sites de órgãos governamentais relacionados ao meio ambiente, de acordo com um estudo da Environmental Data and Governance Initiative.

O novo governo Trump perpetuou e intensificou a história de negacionismo climático, desinformação, atrasos e incorreções nos EUA. Já em janeiro de 2025, uma das primeiras ações do novo presidente foi anunciar a retirada do Acordo de Paris — uma medida semelhante à tomada pela Casa Branca no início do século XXI com o Protocolo de Kyoto (BBC, 21 de janeiro de 2025). A negação das mudanças climáticas e a desinformação se consolidaram como marcas ideológicas do novo governo Trump, impulsionadas por decisões políticas que minam a base científica da regulamentação ambiental. Além disso, há um discurso baseado no “realismo climático” que questiona os impactos reais das mudanças climáticas na economia e na vida cotidiana das pessoas. Consequentemente, surgiu uma forma mais silenciosa, caracterizada pelo apagamento da ciência e das questões climáticas das políticas governamentais.

Essa abordagem é uma continuação de práticas históricas, mas é menos ofensiva em termos de negação literal e combativa. Ela opera por meio da desinformação e do uso das mídias sociais para disseminar informações falsas. Ela contraria narrativas retóricas a favor do desenvolvimento e do neoliberalismo e silencia as questões climáticas por meio da desregulamentação e de cortes orçamentários sistêmicos em agências reguladoras, políticas climáticas e pesquisas (Waldman, 2025).

Em vez de combater diretamente o consenso científico, a estratégia atual se concentra em dismantelar regulamentações, censurar termos como “mudança climática” e restringir o acesso a dados climáticos em sites governamentais. Além disso, o financiamento para justiça ambiental, saúde pública e pesquisa científica reflete uma política que prioriza os interesses corporativos em detrimento da proteção ambiental e da liberdade acadêmica (Waldman, 2025). Essa abordagem é sutil e devastadora. Ela enfraquece a base científica do país e ameaça décadas de progresso na mitigação e adaptação climática (NRDC, 2022). Somente nos primeiros seis meses de 2025, o governo Trump reduziu a preparação para desastres naturais, enfraqueceu as regulamentações de poluição e bloqueou investimentos em energia renovável (NRDC, 2022).

De acordo com dados da National Science Foundation, as bolsas financiadas em 2025 (US\$ 988 milhões) reduziram o financiamento médio de 2015 a 2024 em até 50% (US\$ 2 bilhões). As áreas com menos recursos foram educação (US\$ 52 milhões) e ciências sociais (US\$ 62 milhões). A Associação Americana para o Avanço da Ciência estimou que o financiamento total para pesquisa científica diminuiria 34% no ano fiscal de 2026.

Isso foi sentido em todo o sistema de ensino superior. A Divisão de Artes e Humanidades da Universidade de Chicago está passando por um declínio no número de alunos de doutorado para o ano letivo de 2026–2027 devido a cortes no orçamento. Um e-mail informou que: “Aceitaremos um grupo menor de doutorandos em sete departamentos: História da Arte, Estudos de Cinema e Mídia, Línguas e Civilizações do Leste Asiático, Língua e Literatura Inglesa, Linguística, Música (composição) e Filosofia”, embora ainda não haja informações sobre a magnitude numérica desse fato.

Além disso, em maio de 2025, o governo Trump propôs um corte de aproximadamente 24% no orçamento da NASA para o ano fiscal de 2026. O orçamento total da agência diminuiria de cerca de US\$ 24,8 bilhões para US\$ 18,8 bilhões. Cerca de US\$ 6 bilhões dos cortes afetariam o financiamento das pesquisas em Ciência Planetária, Ciência da Terra e Astrofísica da agência, todas parte da Diretoria de Missões Científicas da NASA.

Em agosto de 2025, o secretário de Saúde, Robert F. Kennedy Jr., cancelou quase US\$ 500 milhões em subsídios e contratos para o desenvolvimento de vacinas de mRNA. No início de maio, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos rescindiu um contrato de quase US\$ 600 milhões com a empresa farmacêutica Moderna para desenvolver uma vacina contra a gripe aviária.

Em outubro de 2025, um terço dos escritórios nacionais responsáveis por esse trabalho — conhecidos como Centros de Ciência de Adaptação Climática do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) ligados ao Departamento do Interior — foram forçados a reduzir drasticamente suas atividades devido à falta de financiamento. Por mais de uma década, pesquisadores dos nove centros estudaram maneiras de proteger os recursos naturais dos EUA diante do aquecimento global. Os centros no centro-sul, nordeste e ilhas do Pacífico receberam financiamento apenas até setembro de 2025, e os pesquisadores estão buscando fontes alternativas de subsídios para manter seus projetos. Isso está relacionado ao corte no orçamento para o ano fiscal de 2026, anunciado em maio de 2025, onde se espera que o USGS gaste US\$ 564 milhões em financiamento.

A manutenção de narrativas mesquinhas e retórica contra a ação climática é apoiada principalmente por figuras como o próprio presidente e o secretário de Energia, Chris Wright, que escreveu que “o alarmismo climático teve um impacto terrível na vida e na liberdade humanas. Ele pertence à pilha de cinzas da história”. Em setembro de 2025, o secretário também afirmou que outros países deveriam “seguir” o exemplo dos Estados Unidos e se retirar do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

Eventos recentes envolvendo ataques políticos à Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) revelam um cenário alarmante de desmantelamento das políticas ambientais e científicas estadunidenses — com cortes orçamentários, censura e ameaças. Sob o governo Trump, duas medidas controversas foram anunciadas em julho de 2025: a revogação da “conclusão de perigo”, que é a base legal que regulamenta as emissões de gases de efeito estufa, e a eliminação do braço científico da agência, responsável pela pesquisa que informa as políticas públicas de proteção ambiental.

O administrador Lee Zeldin chamou a revogação de ação desregulatória mais significativa da história americana, minimizando o impacto das emissões dos veículos no aquecimento global, apesar dos dados da EPA indicarem que o setor de transportes é o maior emissor do país. Ao mesmo tempo, o fechamento do departamento de pesquisa científica, com a demissão de centenas de cientistas, compromete seriamente a capacidade da agência de avaliar os riscos ambientais e representa um golpe significativo para a ciência, a liberdade científica e o direito à educação.

Brasil

Desde a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 e o início de seu governo em 2019, o Brasil tem visto um aumento do negacionismo científico e climático e da desinformação em seu cenário político e social (Diele-Viegas et al., 2023; Gramacho et al., 2021; Losekann, 2024). A postura inicial do ex-presidente em relação às mudanças climáticas ficou evidente quando ele eliminou a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao assumir o poder executivo — uma medida consistente com um governo que nomeou Ricardo Salles, um dos mais veementes defensores do negacionismo climático no Brasil, como ministro.

No entanto, a história da desinformação e do negacionismo climático no Brasil começou anos antes. Miguel (2022) aponta que uma de suas primeiras manifestações no Brasil surgiu no artigo “Ciência ou palhaçada?”, publicado em 2007 no Diário do Comércio, de autoria de Olavo de Carvalho, um negacionista brasileiro das mudanças climáticas que tem influência ideológica significativa entre os apoiadores de Bolsonaro. Nesse artigo, Carvalho (2007) criticou o documentário de Al Gore, vencedor do Oscar, *Uma verdade inconveniente* (2006), sobre os impactos do aquecimento global; elogiou o famoso documentário negacionista do cineasta britânico Martin Durkin, de 2007, *A grande fraude do aquecimento global*; e relacionou o consenso científico e as respostas políticas às mudanças climáticas:

“ A mobilização global para dar um ar de verdade científica definitiva à teoria impossível da origem humana do aquecimento global ganha cada vez mais força, alimentada pela aliança sagrada da mídia chique, das organizações internacionais, da militância esquerdista organizada e das grandes fortunas – os quatro pilares da estupidez contemporânea (Carvalho, 2007).

Anos mais tarde, durante o governo Bolsonaro, o ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo (2018), nomeado pelo próprio Olavo de Carvalho, atacou as mudanças climáticas, insinuando que se tratava de uma conspiração global que ele chamou de “climatismo”, em clara defesa de sua tese de um “globalismo” de esquerda (Miguel, 2022; Ramos, 2021). Assim, é importante ressaltar que a desinformação sobre as mudanças climáticas já tinha raízes e fundamentos na sociedade brasileira, com o governo Bolsonaro tendo expandido, vocalizado e institucionalizado seu discurso (Miguel, 2022; Losekann, 2024).

Desde 2008, estudos apontam para a associação entre desinformação climática, produção de pseudofatos e construção de narrativas

ideológicas (Miguel, 2022; Losekann, 2024; Toni, 2022; Rajão *et al.*, 2021). Um evento que vale a pena destacar é o do autoproclamado príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, que publicou, em 2012, um livro intitulado *Psicose ambientalista*, que trata o “ambientalismo” como o “Cavalo de Tróia” do comunismo. No entanto, em 2019, em uma reunião do G20, Bolsonaro, em uma referência aberta a Bragança (2012), afirmou, em diálogo com Angela Merkel e Emmanuel Macron, que havia uma “psicose ambiental” contra o Brasil.

Conway e Oreskes (2010) demonstram que, no caso dos Estados Unidos, a disseminação de argumentos negacionistas se beneficiou do que eles entendem como um “equilíbrio de ideias”, ou seja, um tipo de movimento em que os principais meios de comunicação locais, em nome de um suposto princípio de liberdade de expressão, abriram espaço para os dois lados do “debate”, criando dissidência na sociedade civil em torno de questões que já eram consenso entre a comunidade científica. Como aponta Miguel (2022), algo semelhante ocorreu no Brasil, por exemplo, quando Ricardo Felício, professor de geografia da Universidade de São Paulo e figura proeminente no negacionismo climático brasileiro, foi convidado em 2012 para ser entrevistado nos programas de grande audiência de Jô Soares, na Globo, e Ronnie Von, na TV Gazeta. Na véspera do veto presidencial ao Novo Código Florestal e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Felício afirmou no programa de TV de Jô Soares que “o aquecimento global é uma mentira” e “o efeito estufa é a maior falácia da história”.

Dados coletados pelo Instituto Nacional de Comunicação Pública de Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT/Fiocruz) sobre a percepção dos brasileiros em relação às mudanças climáticas mostram que, em 2022, 87% dos brasileiros acreditam que as mudanças climáticas são causadas por atividades humanas, em comparação com 13% que acreditam que fatores naturais são os responsáveis.



É importante observar que alguns políticos de esquerda brasileiros expressaram oposição ao ambientalismo (Losekann, 2024; Spektor; Fasolin; Salgado, 2023). Outra forma de desinformação climática brasileira está ligada a agendas desenvolvimentistas, em oposição aos Estados Unidos, cuja retórica está mais associada ao neoliberalismo. Aqui, a estratégia envolve negar os impactos climáticos em favor de supostos ganhos na modernização do país. Um exemplo desse tipo de associação é a reformulação do Código Florestal (Projeto de Lei (PL) 1876/1999, em que o relator do projeto, Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), convidou Luiz Baldicero Molion, professor e meteorologista, além de figura proeminente na desinformação climática brasileira, para debater em uma audiência seis dias antes da COP-15. Durante a audiência,

Molion afirmou que o CO₂ não afeta a temperatura da Terra e que liberar mais dióxido de carbono na atmosfera seria benéfico (Miguel, 2022). Com base nessa afirmação, Aldo Rebelo concluiu que o discurso ambientalista estava inserido em uma guerra de interesses comerciais internacionais, constituindo uma nova forma de colonialismo que impediria a produção nacional de alimentos. Como afirma Losekann (2024), a retórica anti-imperialista para o desenvolvimento do Sul Global fornece um terreno fértil para o obscurantismo climático. Essa abordagem não nega totalmente as mudanças climáticas, mas defende a inação diante delas.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), o negacionismo científico e a desinformação foram institucionalizados, impactando negativamente a implementação de políticas públicas setoriais (Diele-Viegas *et al.*, 2023), incluindo aquelas relacionadas à saúde (Fonseca *et al.*, 2021; Gramacho *et al.*, 2021; Guerreiro; Almeida, 2021) e ao meio ambiente (Nobre, 2019; Menezes; Barbosa, 2021; Queiroz-Stein *et al.*, 2023; Rajão *et al.*, 2022; Silva, 2022; Escobar, 2019). Assim, a politização e o descrédito da ciência — e a reprodução de pseudociência e informações falsas, como as de Olavo de Carvalho — tornaram-se o *modus operandi* desse governo, promovendo não apenas discursos que desafiavam o consenso e as verdades baseadas em fatos, mas também levaram à inação e ao desmantelamento de políticas climáticas, proteção florestal (Escobar, 2019), programas de vacinação e resposta à pandemia da Covid-19 (Ricard; Medeiros, 2020). Nos primeiros meses de seu governo, Bolsonaro eliminou a divisão de mudanças climáticas do Ministério das Relações Exteriores, ameaçou retirar-se do Acordo de Paris e desistiu de sediar a Conferência Climática COP25 de 2019 (Menezes; Barbosa, 2021). O Brasil, anteriormente considerado um modelo de mitigação e adaptação, começou a ser criticado por seu aumento no desmatamento e nas emissões de CO₂ (Queiroz-Stein *et al.*, 2023; Werneck *et al.*, 2021). Enquanto isso, em discursos oficiais na Assembleia Geral das Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, Bolsonaro ocultou dados e narrativas sobre o estado da política climática (Silva, 2022; Viola; Franchini, 2022; Queiroz-Stein *et al.*, 2023). Assim, não se tratava apenas de retórica negacionista, mas também da implementação de ações antiecológicas (Deutsch, 2021). O governo também reduziu as oportunidades de participação e controle social sobre as políticas ambientais e climáticas, perseguindo organizações da sociedade civil, cientistas e ambientalistas — perpetuando, assim, uma forma de autoritarismo populista em relação ao meio ambiente (Menezes; Barbosa, 2021; Barbosa *et al.*, 2021).

Durante esse período, autoridades públicas e bolsonaristas utilizaram amplamente as redes sociais para difundir a ideia de que as mudanças climáticas eram uma conspiração dos países desenvolvidos contra o Brasil, para impedi-lo de explorar os recursos quase infinitos da Amazônia (Silva, 2022, p. 54). Outro meio de disseminar “pseudofatos” foi a influência

anticlimática exercida por pesquisadores para desinformar membros do Congresso Nacional, influenciando assim a tomada de decisões sobre regulamentações climáticas e ambientais (Rojão *et al.*, 2021).

Uma longa disputa entre o governo Bolsonaro e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) culminou na demissão de Ricardo Galvão, então diretor da agência responsável pelo monitoramento por satélite e mapeamento do desmatamento no país. O presidente criticou repetidamente a rapidez e a credibilidade dos dados que, na época, demonstravam um aumento acentuado do desmatamento em junho de 2020. Bolsonaro chegou a afirmar que os “dados eram falsos” e estavam sendo usados por ONGs (Escobar, 2019).

Durante seus quatro anos no cargo, Bolsonaro cortou os orçamentos das instituições científicas na maior proporção desde 1999. Em outubro de 2021, o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia foi reduzido em 87%, totalizando mais de US\$ 100 milhões. A principal agência de financiamento à pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sofreu uma redução de 68% em sua receita entre 2019 e 2021, com vários congelamentos orçamentários ocorrendo durante esse período. Esses cortes afetaram mais de 80.000 bolsas de pesquisa (Andrade, 2019; Diele-Viegas *et al.*, 2023).

A história de ameaças à liberdade acadêmica no Brasil é relativamente recente. Durante a ditadura militar (1964–1985), acadêmicos e estudantes de universidades públicas enfrentaram perseguição sistemática. O relatório final de 2018 da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo descreveu como os acadêmicos foram perseguidos. O professor Boris Fausto escreveu: “A principal preocupação em relação aos acadêmicos centrava-se em suas ideias [...] e no medo de que eles pudessem estar ‘corrompendo’ as mentes dos estudantes por meio da doutrinação esquerdista”.

Sob o governo Bolsonaro, esse clima de intimidação ressurgiu. Cartas anônimas foram enviadas a estudantes e professores da Universidade de Pernambuco envolvidos em estudos LGBTQ+, pesquisas de gênero ou discussões sobre políticas de drogas. As cartas alertavam que, assim que Bolsonaro fosse eleito, esses indivíduos seriam expulsos e a universidade seria “limpa de todos os comunistas” (Mendes *et al.*, 2020).

Além disso, a Medida Provisória nº 1.136, de 29 de agosto de 2022, alterou a Lei nº 11.540/2007, que rege o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A medida revogou duas disposições significativas: uma que ajudava a manter os investimentos orçamentários e outra, por meio da Lei Complementar nº 177/2021, que garantia que os fundos não fossem congelados. Além disso, eliminou a disposição que apoiava pesquisas destinadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Mesmo após o fim do governo Bolsonaro, é importante destacar um exemplo importante de desinformação climática no discurso político e na tomada de decisões sobre investimentos nas indústrias de petróleo e mineração. Um exemplo recente ocorreu quando a atual presidente da Petrobras, Magda Chambriard, citou diretamente o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao dizer “Vamos perfurar, baby!”, durante um discurso sobre exploração de petróleo na margem equatorial, em um painel do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás) na OTC (Offshore Technology Conference), em Houston, Texas, em 6 de maio de 2025. Também é importante mencionar o discurso de Eduardo Leite como governador do Rio Grande do Sul em resposta às enchentes de abril e maio de 2024, que afetaram a região metropolitana de Porto Alegre e outras cidades do estado. Na ocasião, o governador propôs “uma espécie de Plano Marshall para a reconstrução do Rio Grande do Sul”, fazendo referência ao plano desenvolvimentista dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa pós-guerra.

A alegação de que “5.000 projetos estão paralisados no Brasil por causa do atual modelo de licenciamento ambiental” tem sido amplamente repetida por senadores como Plínio Valério, Omar Aziz, Zequinha Marinho e o general Hamilton Mourão, entre outros políticos da direita e da extrema direita, alguns dos quais associados aos apoiadores de Bolsonaro. No entanto, essa informação simplesmente não existe em nenhum banco de dados oficial ou estudo confiável. Esse é um exemplo claro de incorreção sendo usada como ferramenta política para justificar o enfraquecimento das regulamentações ambientais e promover a aprovação do chamado “Projeto de Lei da Devastação” (PL 2159/21). Ao flexibilizar o licenciamento ambiental e enfraquecer órgãos como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), sob o pretexto de modernização e simplificação, ela introduz instrumentos como a Licença por Adesão e Compromisso, que favorece as autodeclarações dos empreendedores e limita a consulta aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Isso abre as portas para litígios e danos ambientais irreversíveis. Eduardo Leite, governador do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, minimizou as consequências e as causas humanas das enchentes em Porto Alegre em 2024 e afirmou que “agilizar o processo de licenciamento é um desejo, uma demanda e um anseio da sociedade” (Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2025).

Por fim, a desinformação sobre as mudanças climáticas ganhou força, especialmente desde que o governo Bolsonaro assumiu o poder em 2018 e com a ascensão do movimento bolsonarista (Miguel, 2022), embora ela já estivesse presente na sociedade brasileira. No entanto, o fortalecimento e a divulgação dessas políticas no debate público, principalmente por meio das redes sociais e de discursos de figuras políticas proeminentes, como Jair Bolsonaro e Ricardo Salles, têm sido um desafio.

Principais eventos de negacionismo climático, desinformação, incorreção e atrasos em outros países da América Latina

A região da América Latina é uma das mais desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas. No entanto, há uma falta de estudos com foco no negacionismo climático, desinformação, ceticismo ou incorreção climática na região. Muitas economias latino-americanas também são altamente dependentes das receitas do petróleo e do gás (Franchini; Viola, 2022), e o debate sobre a transição energética e a justiça climática é crucial, dada a grave desigualdade da região.

Além disso, de acordo com um relatório da UNESCO de 2021, os governos latino-americanos investem apenas 0,70% de seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, alocando recursos mínimos para a ciência e o desenvolvimento científico. Esses dados não podem ser interpretados isoladamente: os países latino-americanos têm um passado colonial e um padrão de desenvolvimento que não priorizou a ciência como um direito humano a ser disseminado e acessado por todas as populações. Múltiplas desigualdades ainda funcionam como barreiras ao acesso à educação básica e a outros direitos humanos.

Uma pesquisa realizada por Spektor, Fasolin e Camargo (2023) na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Peru e México mostrou que a maioria dos latino-americanos percebe que as mudanças climáticas estão ocorrendo (mais de 90% em todos os países) e que são resultado da atividade humana (93% em média). Outro estudo do Banco Europeu de Investimento (2023) constatou que 70% dos participantes relataram que as mudanças climáticas estavam afetando sua renda ou meios de subsistência.

Além disso, o BEI (2023) documentou que a **Argentina** tem um grupo de negacionistas climáticos (9%), o que excede a média regional (5%). Esse fenômeno pode estar relacionado ao governo de Milei e sua plataforma política e discursos, que desafiam continuamente os dados científicos e o consenso e as normas sociais (Solorio, 2024; Christel; Gutiérrez; Möhle, 2025; Ballarino; Gardel, 2025). Além disso, a principal força que difunde e estrutura a negação climática na Argentina são os atores econômicos — associados às indústrias de combustíveis fósseis — que fazem *lobby* contra políticas climáticas e ambientais e utilizam a narrativa neoliberal (Christel; Gutiérrez; Möhle, 2025). Em 2024, Milei afirmou repetidamente que se retiraria do Acordo de Paris — uma ação que ainda não havia sido tomada —, e a Argentina se retirou das negociações da COP 29 em Baku, no Azerbaijão.

Desde 2023, Milei reduziu significativamente os orçamentos destinados à proteção ambiental e às políticas climáticas. Ele também rebaixou o Ministério do Meio Ambiente, bem como o Ministério da Ciência e Tecnologia, para uma subsecretaria. Sua plataforma econômica e política central está relacionada à expansão dos combustíveis fósseis (The Guardian, 11 de dezembro de 2024). Milei afirmou repetidamente que não acredita no aquecimento global, chamando-o de “mentira socialista” (Kim, 2023). Além disso, a CAN (2023) documentou que Milei proibiu o uso de termos como “mudança climática”, “sustentabilidade” e “biodiversidade” em documentos oficiais de organizações como o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA).

De acordo com o Índice de Liberdade Acadêmica, os recentes ataques verbais de Milei a professores e funcionários universitários — nos quais ele alega parcialidade política e afirma que eles atendem às agendas da elite — representam um risco à integridade da academia e podem colocar em risco a liberdade acadêmica no país. De 2023 a 2024, o orçamento destinado à educação foi reduzido em 40%, de acordo com o Observatório de Argentinos pela Educação (OAE). A situação é ainda mais agravada pela nomeação de interventores pelo governo e pelas ações policiais contra universidades, exemplificadas pelo caso da Universidade das Mães da Praça de Maio (UNMa). A nomeação de Eduardo Maurizio pelo governo como gestor da instituição é vista como uma violação direta da autonomia da universidade. Consequentemente, as Mães da Praça de Maio solicitaram formalmente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que implementasse medidas cautelares urgentes contra a República Argentina, alegando que o governo violou seus compromissos internacionais, particularmente no que diz respeito à liberdade acadêmica e à salvaguarda da autonomia universitária.

Nesse sentido, na Argentina, a narrativa negacionista inclui: (i) a ideia de que as mudanças climáticas se referem a um “ciclo natural”; (ii) ataques para deslegitimar o trabalho do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET, em espanhol) — agência líder da Argentina dedicada à promoção da ciência e da tecnologia — e cortes nos salários dos pesquisadores (uma perda de mais de 35%), conforme relatado pelo *The Guardian*; (iii) a noção de que a Antártida é uma “parede de gelo”, pois “a Terra é plana”; e (iv) teorias da conspiração que negam ou minimizam a responsabilidade das atividades humanas como causa das mudanças climáticas e afirmam que o clima está sendo deliberadamente manipulado por meio de supostas tecnologias secretas e geoengenharia (Ballarino; Gardel, 2025).

Em relação à última, por exemplo, circularam publicações nas redes sociais alegando que as inundações em Bahía Blanca em 7 de março

de 2025 foram causadas por “*chemtrails*”, que representam rastros deixados por aviões que, segundo a teoria, conteriam produtos químicos destinados a alterar o clima.

No **Chile**, embora o presidente Gabriel Boric tenha declarado publicamente que “as mudanças climáticas não perdoam os negacionistas” (Globo, 17 de novembro de 2024), alguns grupos de direita continuaram a se opor à legislação ambiental e ao consenso científico sobre o aquecimento global antropogênico. Em 2023, 31 representantes, principalmente da União Democrática Independente (UDI), Renovação Nacional (RN) e Partido Republicano, votaram contra uma resolução parlamentar que reconhecia a ação humana como a principal causa das mudanças climáticas. Embora o projeto tenha sido aprovado por maioria (91 votos), outros 17 se abstiveram, o que destaca algumas ideias negacionistas na arena legislativa. O Greenpeace Chile e o Centro de Ciência Climática e Resiliência (CR2) alertaram que essa postura enfraquece o debate público e institucionaliza a desinformação. Além disso, a resistência à regulamentação da monocultura florestal — amplamente responsabilizada pelo agravamento dos incêndios florestais — reforça uma retórica econômica que ignora as evidências climáticas. Essa postura promove um cenário em que a crise ambiental do país é invisibilizada, mesmo diante de indicadores alarmantes, como a intensificação das ondas de calor e a redução das chuvas no centro-sul do Chile.

Enquanto isso, a **Colômbia** e o Chile apresentam cenários mais ambíguos que podem ser mais adequadamente entendidos não como um caso de negação climática, mas sim como uma postura de adiamento climático por meio da inação baseada em interesses econômicos, em nome do “desenvolvimento”. Embora o presidente Gustavo Petro tenha se posicionado contra o negacionismo climático, denunciando tanto o negacionismo direto da direita quanto o “negacionismo transitório” presente em partes da esquerda progressista. Na Cúpula da Amazônia, Petro criticou Lula, dizendo: “Os [governos] de direita têm uma saída fácil, que é o negacionismo. Eles negam a ciência. Para os progressistas, é muito difícil. Isso cria outro tipo de negacionismo: falar de transições”. No entanto, o país ainda carece de ações concretas e estruturadas para enfrentar a crise ambiental. Um exemplo notável é a ausência de políticas eficazes para monitorar e proteger as geleiras andinas, que perderam aproximadamente 90% de sua massa desde o século XIX. De acordo com a World Weather Attribution, a falta de dados científicos atualizados, combinada com o subfinanciamento da pesquisa ambiental, cria uma “injustiça científica” que dificulta a formulação de políticas climáticas eficazes (El País, 17 de julho de 2025). A Colômbia, assim como o Brasil, é considerada um dos piores países da América Latina para identificar desinformação online, de acordo com a OCDE (2024).

No **México**, embora a desinformação não seja tão extrema ou prevalente nos discursos presidenciais como na Argentina, houve um retrocesso significativo nas políticas ambientais durante o governo de Andrés Manuel López Obrador (The New York Times, 17 de agosto de 2022). Sob o pretexto da “soberania energética”, o governo federal optou por reforçar a matriz energética baseada em combustíveis fósseis, reduzindo assim o apoio às fontes de energia renováveis e diminuindo o papel de instituições como o Fundo Nacional para as Mudanças Climáticas. Essas ações políticas resultaram no desmantelamento de várias iniciativas ligadas ao Acordo de Paris e no enfraquecimento das funções técnicas das agências ambientais. O novo governo de Claudia Sheinbaum (Euronews, 2024), engenheira ambiental que foi coautora dos relatórios do IPCC em 2007 e 2014, embora tenha mudado para um discurso pró-renováveis e estabelecido metas mais ambiciosas para a COP 30, herdou o projeto de um novo gasoduto, o Southeast Gateway, que transporta até 1,3 bilhão de pés cúbicos de gás natural por dia do Texas para a Península de Yucatán. O silêncio oficial sobre episódios de seca extrema, como os vividos no norte do México, também destaca a negligência sistemática do impacto do aquecimento global sobre as comunidades vulneráveis e os recursos hídricos.

Por fim, a desinformação climática, o negacionismo, o ceticismo e o atraso, em suas diferentes formas, nuances e manifestações, nos países latino-americanos se manifestam a partir de distintas maneiras e estratégias: desde discursos abertamente negacionistas, como na Argentina [e no Brasil], até formas mais veladas de ceticismo institucional, como no México, e omissões estruturais, como na Colômbia. No Chile, embora o governo mantenha compromissos formais com a agenda climática, a presença de forças parlamentares contrárias à ciência e à transparência ambiental impede um progresso substancial. Essa multiplicidade de expressões revela que a desinformação climática na América Latina é um fenômeno político multifacetado que transcende ideologias e está enraizado em interesses econômicos, disputas de soberania e fragilidades institucionais. Compreender essas nuances é essencial para fortalecer a ciência, a governança ambiental e a resiliência das comunidades diante dos impactos contínuos das mudanças climáticas.

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA À
LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



AÇÕES PARA SUPERAR O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO A LIBERDADE ACADÊMICA

Para lidar de forma eficaz com a crescente disseminação do negacionismo científico e climático e da desinformação, é essencial uma estratégia multidimensional que combine educação, fortalecimento institucional, comunicação ética e cooperação internacional.

As recomendações a seguir descrevem uma estrutura abrangente para proteger a integridade científica, promover a liberdade acadêmica e reforçar a confiança do público no conhecimento baseado em evidências. Essas recomendações têm como objetivo orientar governos, universidades, organizações internacionais e a sociedade civil no desenvolvimento de políticas e ações para combater a desinformação, proteger pesquisadores e cultivar uma cultura democrática informada e resiliente.

I. Fortalecimento das instituições acadêmicas e promoção da liberdade acadêmica

A salvaguarda da liberdade acadêmica e o reforço da capacidade institucional das universidades são pilares essenciais para proteger a integridade científica e a resiliência democrática diante da desinformação climática. A liberdade acadêmica permite que pesquisadores e educadores investiguem, comuniquem e ensinem sem interferência externa ou medo de represálias, garantindo que o debate público sobre as mudanças climáticas permaneça baseado em evidências científicas.

Experiências recentes em países como Brasil e Argentina mostram como ataques políticos a universidades e acadêmicos podem minar a confiança pública na ciência e impedir a produção de conhecimento

científico confiável (Mendes *et al.*, 2020). Nesse contexto, torna-se crucial fortalecer estruturas de governança que garantam a autonomia institucional, a transparência no financiamento da pesquisa e a adesão a padrões éticos na comunicação científica.

De acordo com a UNESCO (2023), as universidades desempenham um papel central na promoção da cultura democrática e na formulação de políticas baseadas em evidências. Iniciativas como a Recomendação da UNESCO sobre Ciência e Pesquisadores Científicos (2017) e o Fórum Global da UNESCO sobre Ética das Mudanças Climáticas (2024) enfatizam que proteger a liberdade acadêmica e promover a ciência aberta são fundamentais para enfrentar os desafios globais. Da mesma forma, o Conselho Internacional de Ciência (ISC) defende a “prática livre e responsável da ciência”, defendendo os direitos dos cientistas de expressar opiniões e compartilhar dados sem censura ou intimidação (ISC, 2023).

Em termos práticos, governos e organizações internacionais devem adotar mecanismos de monitoramento para detectar e responder a ameaças à liberdade acadêmica, conforme recomendado pelo Relator Especial da ONU sobre a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão (ONU, 2024). Instituições regionais, incluindo a CELAC, o MERCOSUL e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), também podem integrar a defesa da liberdade acadêmica e da integridade científica em suas agendas, vinculando-as a estruturas mais amplas sobre democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Além disso, o fomento de parcerias entre universidades, meios de comunicação independentes e organizações da sociedade civil pode fortalecer a resistência coletiva às campanhas de desinformação. Apoiar redes internacionais de pesquisa e garantir o acesso equitativo ao financiamento da pesquisa — especialmente no Sul Global — são fundamentais para manter ecossistemas acadêmicos plurais, diversificados e resilientes, capazes de enfrentar a desinformação climática em escala global.

II. Promoção da educação científica e da alfabetização climática

Investir na educação científica e climática é uma das estratégias mais essenciais para combater a desinformação climática (Mendy; Karlsson; Lindvall, 2024), principalmente porque as descobertas demonstram que o conhecimento das pessoas sobre as mudanças climáticas é importante (Lewandowsky, 2021). De acordo com Mendy, Karlsson e Lindvall (2024), isso tem o potencial de reduzir o negacionismo entre grupos com um alto nível de crença em domínio

social (Diamond; Bernauer; Maye, 2020), bem como superar o ceticismo entre adolescentes (Stevenson *et al.*, 2014).

A alfabetização climática vai além da simples transmissão de conteúdo, pois envolve capacitar os cidadãos para compreender como funciona o sistema climático, identificar fontes confiáveis de informação e desenvolver o pensamento crítico diante da desinformação (Ranney; Velautham, 2022; Busch, 2021; Hansson, 2018). Nesse sentido, a alfabetização climática deve ser baseada em princípios científicos, que incluem métodos e análise crítica das conexões entre evidências e explicações. Isso precisa ser incorporado na educação para que as interpretações possam ser feitas com base em paradigmas científicos e análises de verificação de fatos (Stevenson *et al.*, 2024). Dados coletados pela UNESCO mostram que apenas 53% dos currículos educacionais nacionais em todo o mundo mencionam as mudanças climáticas, e menos de 40% dos professores se sentem confiantes para ensinar sobre educação climática.

Guerreiro e Almeida (2021) enfatizam o papel crucial das escolas e universidades na formação de cidadãos ambientalmente conscientes. Currículos interdisciplinares, laboratórios educacionais, parcerias com cientistas e metodologias de aprendizagem ativa podem tornar a ciência mais acessível e significativa para alunos de diferentes idades. Além disso, outras técnicas pedagógicas podem ser empregadas, como projetos extracurriculares que promovam o envolvimento dos alunos (Ranney; Velautham, 2021; Mendy; Karlsson; Lindvall, 2024). Damico e Baidon (2022) reforçam que abordagens de alfabetização crítica voltadas para textos de negação climática podem ser integradas a práticas eco-cívicas, como deliberação, pensamento reflexivo e contra-narrativas, para ajudar os alunos a reconhecer os fatores corporativos, financeiros e políticos por trás da negação climática.

Por fim, existe um potencial significativo na promoção de iniciativas colaborativas internacionais entre organizações internacionais e da sociedade civil, universidades, iniciativas públicas e meios de comunicação para promover a integridade da informação, a alfabetização científica e a educação climática, tendo em mente a ideia de que a proteção da liberdade acadêmica anda de mãos dadas com a promoção de relações mais estreitas entre instituições, cientistas, governos, comunicadores e a cidadania em geral.

III. Promoção e fortalecimento do jornalismo científico e ambiental

A qualidade das informações divulgadas pela mídia tem um impacto direto na percepção do público sobre a crise climática.

Comunicar e reforçar o consenso científico é crucial para combater a desinformação climática (Cook, 2017; Dixon *et al.*, 2017; Hansson, 2018; Lewandowsky, 2021; Mendy, Karlsson; Lindivall, 2024). Além da mera apresentação de dados científicos, é essencial comunicar com empatia, usando narrativas que ressoem com os valores e as experiências vividas pelo público, o que significa mensagens culturalmente apropriadas (Lewandowsky, 2021; Jones; Song, 2014).

Schmidt e Betsch (2019) argumentam que é vital expor as técnicas retóricas utilizadas pelos negacionistas da ciência nos debates públicos e contrariar o discurso negacionista, apresentando os fatos reais. Enquadrar mensagens e informações também pode ser uma abordagem estratégica (Mendy; Karlsson; Lindivall, 2024). Schmidt e Betsch (2019) também mostram que duas estratégias eficazes para combater o negacionismo e a desinformação são: (i) apresentar fatos cientificamente corretos e (ii) expor as técnicas retóricas empregadas pelos negacionistas — como *cherry picking*, atacar a fonte e usar falácias — reduzindo o impacto da desinformação.

Conforme afirmado por Lewandowsky (2021), os comunicadores climáticos devem usar nuances para as emoções e evitar focar no medo ou na ansiedade (O’Neill S; Nicholson-Cole, 2009).

O jornalismo ambiental deve ser fortalecido por meio de treinamento específico, acesso a fontes científicas qualificadas e apoio institucional. Construir redes de jornalistas especializados, financiar projetos investigativos e proteger a liberdade de imprensa são essenciais para combater o aumento da desinformação ambiental.

No Brasil, a Sumaúma é uma plataforma independente de notícias locais focada na região amazônica que reporta fatos relacionados às mudanças climáticas, aos direitos dos povos indígenas e a outras questões sociais e ambientais.

Nos Estados Unidos, jornalistas e organizações como o Centro de Direito Ambiental Internacional, o Centro de Investigações Climáticas, o Greenpeace EUA e a União dos Cientistas Preocupados (UCS) têm documentado pesquisas internas de empresas sobre mudanças climáticas e campanhas públicas destinadas a lançar dúvidas sobre a ciência climática e suas soluções.

IV. Financiamento científico para iniciativas de divulgação de informações climáticas

A sustentabilidade dos projetos de comunicação científica e envolvimento da comunidade depende de financiamento adequado. Agências de financiamento, universidades e organizações internacionais

devem alocar recursos para iniciativas educacionais, campanhas de conscientização, laboratórios cidadãos e plataformas digitais que promovam o conhecimento climático. Esses esforços devem priorizar abordagens participativas, inclusivas e culturalmente sensíveis que incentivem o diálogo entre a ciência e a sociedade. Parcerias entre cientistas e comunicadores também são uma forma estratégica de explorar formatos inovadores.

A iniciativa Climate & Development Knowledge Network (CDKN) buscou financiar projetos locais de comunicação sobre mudanças climáticas na Argentina, Colômbia, Peru e Chile. Ela envolveu 700 participantes e gerou mais de 100 propostas de projetos interessantes para comunicar sobre as mudanças climáticas na América Latina — incluindo questões relacionadas a gênero e clima em comunidades rurais. Os projetos também abordaram a importância de usar a ciência como base para o debate climático e a implementação de políticas públicas.

V. Envolvimento da comunidade por meio de atores locais

Os líderes locais têm uma forte influência nas percepções coletivas sobre as mudanças climáticas. Estratégias eficazes contra o negacionismo e a desinformação devem valorizar o conhecimento local e promover a cocriação de soluções. Oficinas participativas, assembleias climáticas, fóruns de bairro e programas de educação popular são formas de promover o envolvimento da comunidade. Essas ações fortalecem o senso de pertencimento, legitimam a ciência por meio do contexto e reduzem a influência de líderes negacionistas. Isso é importante, pois “o pessimismo climático pode ser reduzido quando os seres humanos são apresentados como tendo agência na abordagem da crise climática” (Johnstone; Stickles, 2024, p. 13).

VI. Regulamentação das mídias sociais e combate à desinformação

As mídias sociais se tornaram um poderoso veículo de desinformação, muitas vezes reforçando narrativas negacionistas do clima (Almaliki, 2019; NRDC, 2022; Treen; Williams; O'Neill, 2020; Al-Rawi *et al.*, 2024). Os algoritmos funcionam como ferramentas para polarizar e produzir conteúdo viral que muitas vezes contém informações falsas e espalha desinformação.

À primeira vista, a alfabetização digital, midiática e informacional é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de habilidades críticas na navegação pela informação online (alakrishnan, 2022; Ecker *et al.*, 2022; Gertrudix *et al.*, 2024). Nesse sentido, é essencial promover

estratégias que permitam às pessoas perceber, encontrar, avaliar e analisar informações. No entanto, isso continua sendo um desafio, pois alguns estudos apontam que a desinformação e o negacionismo estão mais relacionados a crenças culturais e ideológicas do que a níveis educacionais (Pennycook *et al.*, 2020). Nesse sentido, mais do que apenas promover a alfabetização digital, uma estratégia complementar é criar canais e mecanismos para “verificar os fatos” das informações que circulam nas redes sociais e na internet, substituindo-as por informações corretas baseadas em fontes confiáveis (Bruns *et al.*, 2022; Crozier; Strange, 2019; Lewandowsky *et al.*, 2020).

Nesse sentido, é necessária uma estrutura regulatória para responsabilizar as plataformas digitais pela circulação de conteúdo falso e promover a transparência nos critérios de moderação. Implementar sistemas de verificação de fatos, rotular conteúdo enganoso e bloquear infratores reincidentes são medidas urgentes. Isso pode envolver a promulgação de leis ou regulamentos que proíbam a disseminação de informações falsas ou enganosas sobre as mudanças climáticas, imponham penalidades por violações e estabeleçam mecanismos para denunciar e lidar com a desinformação (Hefferman, 2024).

Recentemente, a Meta anunciou planos para reduzir o número de “verificadores de fatos” responsáveis por monitorar o conteúdo em plataformas como Facebook e Instagram. Em 2025, a Meta, com mais de 3 bilhões de usuários globalmente, encerrou suas parcerias com moderadores externos, incluindo organizações de notícias independentes e especialistas em clima. De acordo com Mark Zuckerberg, o sistema seria substituído pela moderação dos usuários como forma de corrigir imprecisões. No entanto, essa nova configuração aumenta o risco de disseminação de desinformação e negação climática. Em 2021, em resposta à reação pública e à pressão do Congresso, a Meta tomou medidas para combater a desinformação relacionada ao clima, incluindo o bloqueio de anúncios enganosos e o lançamento de um Centro de Ciência Climática para compartilhar informações confiáveis.

VII. Integração da ciência nas políticas públicas locais e nacionais

Para que a ciência climática tenha um impacto real, ela deve ser incorporada ao projeto e à implementação de políticas públicas locais e nacionais. Planejamento urbano sustentável, sistemas de transporte de baixo carbono, práticas agrícolas regenerativas e gestão ecológica da terra são exemplos de áreas em que o conhecimento científico pode orientar decisões mais eficazes. Essa integração preenche a lacuna entre o discurso técnico e as realidades locais, aumentando a compreensão do público e reduzindo o espaço para o negacionismo e a desinformação.

VIII. Participação social e governança democrática

A criação de fóruns públicos, assembleias de cidadãos, conselhos consultivos e plataformas participativas permite que diversos segmentos sociais expressem suas percepções, preocupações e propostas em relação às mudanças climáticas. Esses espaços de debate e deliberação são essenciais para aproximar a ciência das realidades locais e para gerar políticas públicas mais legítimas e eficazes. Iniciativas que envolvem a sociedade civil, como redes ambientais, coletivos de jovens, comunidades tradicionais e movimentos sociais, ajudam a enraizar as soluções climáticas nos territórios locais. Esse envolvimento da comunidade também promove a transparência, fortalece a supervisão social das decisões ambientais e constrói resiliência contra narrativas negacionistas.

IX. Monitoramento contínuo das práticas de desinformação

A análise sistemática da desinformação climática — incluindo seus canais de disseminação, atores envolvidos e formatos mais eficazes — é crucial para desenvolver respostas rápidas e baseadas em evidências para lidar com essa questão. Investir em observatórios de mídia, ferramentas de análise de mídia social e centros de pesquisa em comunicação científica permite identificar tendências e avaliar o impacto das campanhas de desinformação, possibilitando ajustes estratégicos em tempo real. Recentemente, o Hot Air foi lançado como um banco de dados interativo gratuito e disponível ao público, além de uma ferramenta de visualização que destaca o volume de desinformação online em torno das mudanças climáticas.

X. Fortalecimento de iniciativas multilaterais para a integridade da informação

Organizações internacionais como as Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Ciência (ISC) devem liderar esforços coordenados para garantir a integridade das informações climáticas. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, enfatizou a importância da cooperação global no combate à desinformação climática (Hefferman, 2024). A criação de protocolos multilaterais de verificação, o lançamento de campanhas globais de conscientização sobre desinformação e o fomento da colaboração entre países são fundamentais para combater a desinformação em escala internacional. Além disso, a diplomacia ambiental também pode incorporar cláusulas de integridade relacionadas à informação em tratados e acordos climáticos.

Por exemplo, como mencionado anteriormente, a **Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas**, lançada pelo Brasil em conjunto com a ONU e a UNESCO na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro em novembro de 2024, busca exatamente isso: um fundo multilateral (administrado pela UNESCO) para financiar pesquisas, estratégias de comunicação e campanhas de conscientização pública destinadas a combater a desinformação climática, especialmente antes da **COP30**. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) aderiu a esta iniciativa, contribuindo com conhecimentos científicos para validar dados, reforçar os relatórios sobre o clima e garantir que os debates se baseiem em provas sólidas.

Também são importantes os relatórios dos relatores especiais da ONU para os direitos humanos e o meio ambiente. Elisa Morgera, Relatora Especial da ONU para os Direitos Humanos e as Mudanças Climáticas, apelou recentemente à criminalização da desinformação sobre os combustíveis fósseis (incluindo o *greenwashing*) e a maiores restrições ao *lobby* da indústria dos combustíveis fósseis e à publicidade enganosa que distorce a consciência pública e as obrigações em matéria de direitos humanos. A UNESCO promoveu a transparência e a liberdade de imprensa nas reportagens ambientais, incluindo uma declaração conjunta dos Relatores Especiais sobre transparência ambiental e liberdade de imprensa no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa de 2024, que enfatiza a necessidade de proteções legais para jornalistas que cobrem questões climáticas e a importância do acesso público a informações confiáveis.

Em nível regional, o **Acordo de Escazú** é um tratado que garante o acesso à informação ambiental, à participação pública, à justiça em questões ambientais e à proteção dos defensores do meio ambiente. Ele estabelece obrigações legais de transparência e responsabilidade na governança ambiental. Blocos comerciais e acordos de integração regional também oferecem pontos de entrada. O recente Acordo de Parceria UE-Mercosul inclui anexos e cláusulas que se referem a medidas ambientais, produtos sustentáveis e a exigência de dados das autoridades para avaliar a conformidade com normas técnicas/científicas. Ele também reconhece que as medidas comerciais sustentáveis devem se basear em informações confiáveis e verificáveis.

Esses são exemplos de como as instituições e tratados existentes podem incorporar a integridade da informação por meio do financiamento para pesquisa e conscientização, bem como tratados internacionais que obrigam os Estados a garantir os direitos do público à informação precisa, participação e acesso à ciência.

XI. Defesa e litígio contra grandes indústrias e outros atores que promovem a desinformação climática

Responsabilizar legalmente empresas, instituições ou figuras públicas pela disseminação deliberada de desinformação climática é uma ferramenta poderosa (Mendy; Karlsson; Lindvall, 2024). Organizações da sociedade civil e promotores públicos podem se envolver em litígios estratégicos para pressionar os negacionistas e proteger o direito à informação e à liberdade científica. Processos judiciais bem-sucedidos, como os movidos contra empresas petrolíferas por ocultar dados sobre os impactos climáticos, estabelecem precedentes que desencorajam práticas prejudiciais.

Em 2018, o procurador-geral de Nova York processou a ExxonMobil por “um suposto esquema fraudulento para enganar sistemática e repetidamente os investidores sobre o impacto significativo que as futuras regulamentações climáticas poderiam ter sobre os ativos e o valor da empresa” (The Guardian, 24 de outubro de 2024). Outras cidades dos EUA, como Baltimore, Oakland, Chicago e Charleston, também entraram com ações judiciais contra grandes empresas como a ExxonMobil, Chevron, Shell, BP e API. Os governos locais alegam que essas empresas estavam cientes dos perigos das emissões já nas décadas de 1950 e 1970, mas realizaram campanhas para minar a confiança na ciência climática. O objetivo é responsabilizá-las pelos custos crescentes da adaptação a eventos extremos, bem como pela infraestrutura e saúde pública.

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA À
LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**



UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS



UM CAMINHO A SEGUIR: Defender a ciência e a liberdade acadêmica na era da emergência climática

A crise do negacionismo climático e da desinformação nas Américas representa uma ameaça profunda não apenas à estabilidade ambiental, mas também aos pilares fundamentais das sociedades democráticas: o direito à ciência, à justiça climática, à educação e à liberdade acadêmica. Conforme detalhado neste relatório, o negacionismo científico e a desinformação, particularmente na esfera climática, não são meramente uma rejeição dos fatos; muitas vezes são um ataque sistemático às instituições, normas e consensos que sustentam nossa compreensão coletiva da realidade. Essa fabricação deliberada de inverdades, frequentemente alimentada por interesses corporativos e movimentos autoritários, prejudica ativamente a formulação de políticas baseadas em evidências e corrói a confiança pública na autoridade científica.

O direito à ciência, reconhecido como um direito humano fundamental, e os valores da liberdade acadêmica estão diretamente ameaçados quando a ciência climática é distorcida ou descartada. Esse direito abrange a liberdade de produzir, compartilhar e defender o conhecimento sem interferência, uma liberdade que está cada vez mais sob ataque por meio de assédio, cortes de financiamento e pressões institucionais sobre pesquisadores climáticos. A liberdade acadêmica é essencial para promover o pensamento crítico e permitir que educadores e acadêmicos se envolvam com conhecimentos diversos para abordar questões sociais urgentes. Quando a liberdade acadêmica é restringida, a própria capacidade de compreender e responder a desafios como as mudanças climáticas fica gravemente comprometida.

Além disso, a luta contra o negacionismo climático e a desinformação está intrinsecamente ligada à busca pela justiça climática. Os impactos desproporcionais das mudanças climáticas geralmente recaem sobre comunidades marginalizadas, que são simultaneamente alvo de

campanhas de desinformação que buscam atrasar ações significativas. Defender os valores democráticos, portanto, requer garantir o acesso equitativo a informações científicas precisas e capacitar todos os cidadãos a participar de processos de tomada de decisão informados sobre seu meio ambiente e futuro.

As conclusões deste estudo, que vão desde a tipologia do negacionismo climático e da desinformação até a identificação dos principais atores, ressaltam a necessidade urgente de estratégias abrangentes. Estas devem incluir políticas públicas robustas que protejam a integridade científica, iniciativas da sociedade civil que combatam a desinformação, comunicação científica eficaz que construa confiança e iniciativas educacionais que promovam a alfabetização crítica. À medida que o mundo aguarda eventos como a COP 30, a integridade das informações climáticas, o direito à ciência e à liberdade acadêmica devem permanecer na vanguarda da agenda global. Somente defendendo coletivamente esses princípios interconectados podemos esperar navegar pelas complexidades das mudanças climáticas e construir um futuro baseado na ciência, na justiça e na resiliência democrática.

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO

NOTAS METODOLÓGICAS

**DEMOCRACIA E
CIÊNCIA EM CRISE**

**UMA TIPOLOGIA DO
NEGACIONISMO E
DA DESINFORMAÇÃO**

**ATORES QUE PROMOVEM A
DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E
ATAQUES À CIÊNCIA CLIMÁTICA**

**NEGAÇÃO CLIMÁTICA,
INCORREÇÃO E ATRASO
NAS AMÉRICAS COMO AMEAÇA À
LIBERDADE ACADÊMICA
E AO DIREITO À CIÊNCIA**

**AÇÕES PARA SUPERAR
O NEGACIONISMO CIENTÍFICO E
CLIMÁTICO E A DESINFORMAÇÃO
E PROMOVER A LIBERDADE
ACADÊMICA**

UM CAMINHO A SEGUIR

REFERÊNCIAS





REFERÊNCIAS

Al-Rawi, A., O’Keefe, D., Kane, O., & Bizimana, A. J. (2021). Twitter’s fake news discourses around climate change and global warming. *Frontiers in Communication*, 6, 729818.

Almaliki, M. (2019, April). Online misinformation spread: A systematic literature map. In *Proceedings of the 2019 3rd international conference on information system and data mining* (pp. 171-178).

Almiron, N., & Moreno, J. A. (2022). Más allá del negacionismo del cambio climático. Retos conceptuales al comunicar la obstrucción de la acción climática. *Ámbitos: Revista internacional de comunicación*, 55, 9-23.

Alvarez, R. M., Debnath, R., & Ebanks, D. (2023). Why don’t Americans trust university researchers and why it matters for climate change. *PLoS Climate*, 2(9), e0000147.

Antonio, R. J., & Brulle, R. J. (2011). The unbearable lightness of politics: Climate change denial and political polarization. *The Sociological Quarterly*, 52(2), 195-202.

Armitage, K. C. (2005). State of denial: The United States and the politics of global warming. *Globalizations*, 2(3), 417-427.

Bennett, W. L., & Livingston, S. (2018). The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European journal of communication*, 33(2), 122-139.

Biddle, J. B., & Leuschner, A. (2015). Climate skepticism and the manufacture of doubt: Can dissent in science be epistemically detrimental?. *European Journal for Philosophy of Science*, 5(3), 261-278.

Björnberg, K. E., Karlsson, M., Gilek, M., & Hansson, S. O. (2017). Climate and environmental science denial: A review of the scientific literature published in 1990–2015. *Journal of Cleaner Production*, 167(20), 229-241.

Bortoluci, J. H., & Guérin, E. (2025, 11 July). Disinformation, Climate and Democracy in the age of the Anthropocene. *Groupe d’études géopolitiques*. <https://geopolitique.eu/en/2025/07/11/disinformation-climate-and-democracy-in-the-age-of-the-anthropocene/>

- Bosco, E., Fetz, M., & de Souza, L. E. V. (2024). Climate change denialism: Science and power struggle in the public sphere. In *The Palgrave Handbook of Global Social Change* (pp. 1-15). Cham: Springer International Publishing.
- Boulianne, S., & Belland, S. (2022). Climate denial in Canada and the United States. *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie*, 59(3), 369-394.
- Boykoff, M. T. (2008). The cultural politics of climate change discourse in UK tabloids. *Political geography*, 27(5), 549-569.
- Brulle, R. J. (2020). Denialism: organized opposition to climate change action in the United States. In *Handbook of US environmental policy* (pp. 328-341). Edward Elgar Publishing.
- Brulle, R. J. (2018). The climate lobby: a sectoral analysis of lobbying spending on climate change in the USA, 2000 to 2016. *Climatic change*, 149(3), 289-303.
- Broda, E., & Strömbäck, J. (2024). Misinformation, disinformation, and fake news: lessons from an interdisciplinary, systematic literature review. *Annals of the International Communication Association*, 48(2), 139-166.
- Buisse, E., Bubbers, J., Sommers, H., Stavrou, V., & Denis, M. (2024). Protecting Science in Times of Crisis.
- Bush, V. (2021). *Science, the endless frontier*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv15r5879>
- Cann, H. W., & Raymond, L. (2018). Does climate denialism still matter? The prevalence of alternative frames in opposition to climate policy. *Environmental Politics*, 27(3), 433-454.
- Cannon, J. W. (2012). Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. *Perspectives on Science and Christian Faith*, 64(2), 131-133.
- Cassiani, S., Selles, S. L. E., & Ostermann, F. (2022). Negacionismo científico e crítica à Ciência: interrogações decoloniais. *Ciência & Educação* (Bauru), 28, e22000.
- Center for Countering Digital Hate. (2024). *Culture Wars and Climate: How the Far Right Uses Climate as a Wedge Issue*. (Report)
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. Ubu Editora.
- Collomb, J. D. (2014). The ideology of climate change denial in the United States. *European journal of American studies*, 9(9-1).
- Corner, A., Whitmarsh, L., & Xenias, D. (2012). Uncertainty, scepticism and attitudes towards climate change: biased assimilation and attitude polarisation. *Climatic change*, 114, 463-478.

- Cook, J., Ellerton, P., & Kinkead, D. (2018). Deconstructing climate misinformation to identify reasoning errors. *Environmental Research Letters*, 13(2), 024018.
- Cook, J. (2022). Understanding and countering misinformation about climate change. *Research anthology on environmental and societal impacts of climate change*, 1633-1658.
- Craig, J. S. (2016). *The American Three Percent: The Politics and Economics of Climate Disinformation*.
- Crozier, W. E., & Strange, D. (2019). Correcting the misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology*, 33(4), 585-595.
- Damico, J. S., & Baildon, M. C. (2022). *How to confront climate denial: Literacy, social studies, and climate change*. Teachers College Press.
- Danielsen, S., DiLeo, D. R., & Burke, E. E. (2021). US Catholic bishops' silence and denialism on climate change. *Environmental Research Letters*, 16(11), 114006.
- Danielsen, S., DiLeo, D. R., & Burke, E. E. (2021). US Catholic bishops' silence and denialism on climate change. *Environmental Research Letters*, 16(11), 114006.
- de Nadal, L. (2024). From denial to the culture wars: A study of climate misinformation on YouTube. *Environmental Communication*, 18(8), 1186-1203.
- d'Ancona, M. (2017). *Post-truth: The new war on truth and how to fight back*. Random House.
- Deutsch, S. (2021). Populist authoritarian neoliberalism in Brazil: making sense of Bolsonaro's anti-environment agenda. *Journal of Political Ecology*, 28(1), 823-844.
- Diele-Viegas, L. M., Hipólito, J., & Ferrante, L. (2021). Scientific denialism threatens Brazil. *Science*, 374(6570), 948-949.
- Dixon, G., Hmielowski, J., & Ma, Y. (2017). Improving climate change acceptance among US conservatives through value-based message targeting. *Science Communication*, 39(4), 520-534.
- Dunlap, R. E. (2013). Climate change skepticism and denial: An introduction. *American behavioral scientist*, 57(6), 691-698.
- Dunlap, R. E., & McCright, A. M. (2015). Challenging climate change. *Climate change and society: Sociological perspectives*, 300
- Dunlap, R. E., & Brulle, R. J. (2020). Sources and amplifiers of climate change denial. *Research handbook on communicating climate change*, 49-61.
- Ecker, U. K., Lewandowsky, S., Cook, J., Schmid, P., Fazio, L. K., Brashier, N., ... & Amazeen, M. A. (2022). The psychological drivers of misinformation belief and its resistance to correction. *Nature Reviews Psychology*, 1(1), 13-29.

- Ekberg, K., Forchtner, B., Hultman, M., & Jylhä, K. M. (2022). *Climate obstruction: How denial, delay and inaction are heating the planet*. Routledge.
- Fischer, F. (2019). Knowledge politics and post-truth in climate denial: On the social construction of alternative facts. *Critical policy studies*, 13(2), 133-152.
- Fonseca, E. M. D., Nattrass, N., Lazaro, L. L. B., & Bastos, F. I. (2021). Political discourse, denialism and leadership failure in Brazil's response to COVID-19. *Global public health*, 16(8-9), 1251-1266.
- Franta, B. (2022). Weaponizing economics: Big Oil, economic consultants, and climate policy delay. *Environmental Politics*, 31(4), 555-575
- Garrard, G., Goodbody, A., Handley, G. B., & Posthumus, S. (2019). *Climate change scepticism: A transnational ecocritical analysis* (p. 288). Bloomsbury Academic.
- Gertrudix, M., Carbonell-Alcocer, A., Arcos, R., Arribas, C. M., Codesido-Linares, V., & Benítez-Aranda, N. (2024). Disinformation as an obstructionist strategy in climate change mitigation: a review of the scientific literature for a systemic understanding of the phenomenon. *Open Research Europe*, 4, 169.
- Goeminne, G. (2012). Lost in translation: Climate denial and the return of the political. *Global Environmental Politics*, 12(2), 1-8.
- Gounaridis, D., & Newell, J. P. (2024). The social anatomy of climate change denial in the United States. *Scientific Reports*, 14(1), 2097.
- Gramacho, W., Turgeon, M., Kennedy, J., Stabile, M., & Mundim, P. S. (2021). Political preferences, knowledge, and misinformation about COVID-19: the case of Brazil. *Frontiers in Political Science*, 3, 646430.
- Guerreiro, C., & Almeida, R. D. (2021). Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & sociedade*, 41, 49-74.
- Gauchat, G. (2012). Politicization of science in the public sphere: A study of public trust in the United States, 1974 to 2010. *American sociological review*, 77(2), 167-187.
- Gwiazdon, K., & Brown, D. A. (2023). The climate change disinformation campaign: Attacking the common good, advancing the self, and destroying democracy. In *The Routledge Handbook of Applied Climate Change Ethics* (pp. 198-213). Routledge.
- Hansson, S. O. (2017). Science denial as a form of pseudoscience. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, 63, 39-47.
- Hansson, S. O. (2018). Dealing with climate science denialism: experiences from confrontations with other forms of pseudoscience. *Climate Policy*, 18(9), 1094-1102.

- Heffernan, A. (2024). Countering Climate Disinformation in Africa. Retrieved on March, 2, 2025.
- Hameleers, M., & Van der Meer, T. G. (2021). The scientists have betrayed us! The effects of anti-science communication on negative perceptions toward the scientific community. *International Journal of Communication*, 15, 25.
- Haluza-DeLay, R. (2014). Religion and climate change: varieties in viewpoints and practices. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 5(2), 261-279.
- Hestres, L. E. (2020). 12 Fighting climate change denial in the United States. *Climate Change Denial and Public Relations*, 217.
- Heffernan, A. (2024). Countering Fossil-Fuelled Climate Disinformation to Save Democracy
- Hornsey, M. J., Harris, E. A., & Fielding, K. S. (2018). Relationships among conspiratorial beliefs, conservatism and climate scepticism across nations. *Nature Climate Change*, 8(7), 614-620
- Huber, R. A., Greussing, E., & Eberl, J. M. (2022). From populism to climate scepticism: the role of institutional trust and attitudes towards science. *Environmental Politics*, 31(7), 1115-1138.
- Humprecht, E., Esser, F., & Van Aelst, P. (2020). Resilience to online disinformation: A framework for cross-national comparative research. *The international journal of press/politics*, 25(3), 493-516.
- I/A Court H.R. The Climate Emergency and Human Rights. Advisory Opinion AO-32/25 of May 29, 2025. Series A No. 32.
- Jaspal, R., & Nerlich, B. (2023). Social representations of COVID-19 skeptics: Denigration, demonization, and disenfranchisement. *Politics, Groups, and Identities*, 11(4), 750-770.
- Jones, M. D., & Song, G. (2014). Making sense of climate change: How story frames shape cognition. *Political Psychology*, 35(4), 447-476.
- Johnstone, C., & Stickles, E. (2024). Navigating the climate change minefield: The influence of metaphor on climate doomism. *Frontiers in Communication*, 9, 1380092.
- King, L. C., Savin, I., & Drews, S. (2023). Shades of green growth scepticism among climate policy researchers. *Nature Sustainability*, 6(11), 1316-1320.
- Krange, O., Kaltenborn, B. P., & Hultman, M. (2021). "Don't confuse me with facts" — how right-wing populism affects trust in agencies advocating anthropogenic climate change as a reality. *Humanities and Social Sciences Communications*, 8(255), 1-11.
- Lahsen, M. (2015). Digging deeper into the why: cultural dimensions of climate change skepticism among scientists. *Climate cultures: anthropological perspectives on climate change*. Yale University Press, New Haven, 221-258.

- Lamb, W. F., Mattioli, G., Levi, S., Roberts, J. T., Capstick, S., Creutzig, F., ... & Steinberger, J. K. (2020). Discourses of climate delay. *Global sustainability*, 3, e17.
- Leal Filho, W., Mifsud, M., Molthan-Hill, P., J. Nagy, G., Veiga Ávila, L., & Salvia, A. L. (2019). Climate change scepticism at universities: A global study. *Sustainability*, 11(10), 2981.
- Lewandowsky, S., Cook, J., & Lloyd, E. (2018). The 'Alice in Wonderland' mechanics of the rejection of (climate) science: simulating coherence by conspiracism. *Synthese*, 195(1), 175-196.
- Lewandowsky, S., Ecker, U. K., & Cook, J. (2017). Beyond misinformation: Understanding and coping with the "post-truth" era. *Journal of applied research in memory and cognition*, 6(4), 353-369.
- Lewandowsky, S. (2021). Climate change disinformation and how to combat it. *Annual review of public health*, 42(1), 1-21.
- Losekann, C. (2024). Obstruction, Denialism, and Criticism of Climate Change in Brazil. *Contested Climate Justice—Challenged Democracy: International Perspectives*, 9, 109.
- Luderer, G., Pietzcker, R. C., Bertram, C., Kriegler, E., Meinshausen, M., & Edenhofer, O. (2013). Economic mitigation challenges: how further delay closes the door for achieving climate targets. *Environmental Research Letters*, 8(3), 034033.
- Marta, T., & Toraldo, D. M. (2023). Scientific Denialism during the Covid-19 Pandemic: Science, Policy and Ethics. *Open Journal of Philosophy*, 13(4), 778-786.
- Mann, M. E. (2021). The new climate war: The fight to take back our planet. *PublicAffairs*.
- Markusson, N., Buck, H. J., Carton, W., Hougaard, I. M., Dooley, K., & Lund, J. F. (2024). Carbon removal and the empirics of climate delay. *Environmental Science & Policy*, 103884.
- McCright, A. M., & Dunlap, R. E. (2011). Cool dudes: The denial of climate change among conservative white males in the United States. *Global environmental change*, 21(4), 1163-1172.
- McKie, R. E. (2021). Obstruction, delay, and transnationalism: Examining the online climate change counter-movement. *Energy Research & Social Science*, 80, 102217.
- McLintic, A. (2019). The motivations behind science denial. *The New Zealand Medical Journal (Online)*, 132(1504), 88-94.
- Mendy, L., Karlsson, M., & Lindvall, D. (2024). Counteracting climate denial: A systematic review. *Public Understanding of Science*, 33(4), 504-520.
- Menezes, R. G., & Barbosa Jr, R. (2021). Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. *Zeitschrift für vergleichende politikwissenschaft*, 15(2), 229-247

- Miguel, J. C. H. (2022). A “meada” do negacionismo climático eo impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, 37(01), 293-315.
- McIntyre, L. (2018). *Post-truth*. MIT Press.
- Norgaard, K. M. (2011). *Living in denial: Climate change, emotions, and everyday life*. MIT Press.
- Norgaard, K. M. (2012). Climate denial and the construction of innocence: Reproducing transnational environmental privilege in the face of climate change. *Race, Gender & Class*, 80-103
- Norgaard, K. M. (2019). Making sense of the spectrum of climate denial. *Critical Policy Studies*, 13(4), 437-441.
- NRDC. (2022). *Climate Misinformation on Social Media Is Undermining Climate Action*. Natural Resources Defense Council.
- Oliveira, T., Quinan, R., & Toth, J. P. (2020). Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no Facebook. *Reciis*, 14(1).
- Oliveira, T., Cardoso, N. D. O., Machado, W. D. L., Aragon Gonçalves, R., Quinan, R., Zorgi Salvador, E., ... & Paes, A. (2024). Confronting misinformation related to health and the environment: a systematic review. *Journal of Science Communication*, 23(1), V01.
- O’Neill, S. J., & Boykoff, M. (2010). Climate denier, skeptic, or contrarian?. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 107(39), E151-E151.
- O’Neill, S., & Nicholson-Cole, S. (2009). “Fear won’t do it” promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations. *Science communication*, 30(3), 355-379.
- Oreskes, N., & Conway, E. M. (2010). Defeating the merchants of doubt. *Nature*, 465(7299), 686-687.
- Painter, J., Ettinger, J., Holmes, D., Loy, L., Pinto, J., Richardson, L., ... & Wetts, R. (2023). Climate delay discourses present in global mainstream television coverage of the IPCC’s 2021 report. *Communications Earth & Environment*, 4(1), 118.
- Palau-Sampio, D., Crisóstomo Flores, P., & Picó Garcés, M. J. (2024). Fuelling climate change disinformation: Global narratives distorting environmental risks in North America, Europe and Latin America. *Catalan Journal of Communication & Cultural Studies*, 16(2), 217-236.
- Pennycook, G., McPhetres, J., Zhang, Y., Lu, J. G., & Rand, D. G. (2020). Fighting COVID-19 misinformation on social media: Experimental evidence for a scalable accuracy-nudge intervention. *Psychological science*, 31(7), 770-780.
- Petersen, B., Stuart, D., & Gunderson, R. (2019). Reconceptualizing climate change denial. *Human ecology review*, 25(2), 117-142.

- Pires-Oliveira, T. (2022). Crítica do papel do Estado na difusão do negacionismo climático: A medida provisória 1136/2022 e a economia política da ignorância. *Revista Estudos Políticos*, 13(25), 108-140.
- Poortinga, W., Spence, A., Whitmarsh, L., Capstick, S., & Pidgeon, N. F. (2011). Uncertain climate: An investigation into public scepticism about anthropogenic climate change. *Global environmental change*, 21(3), 1015-1024.
- Pulles, T. (2025). Climate denialism. *American Journal of Economics and Sociology*, 84(1), 7-19
- Queiroz-Stein, G. D., Gugliano, A. A., Seifert Jr, C. A., & Luiz, A. M. M. T. (2023). Climate change, denialism, and participatory institutions in Brazil: Effects of the Bolsonaro government's environmental strategy (2019-2022). *Brazilian Political Science Review*, 17(3), e0006.
- Rajão, R., Nobre, A. D., Cunha, E. L., Duarte, T. R., Marcolino, C., Soares-Filho, B., ... & de Lima, L. S. (2022). The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. *Biological conservation*, 266, 109447.
- Ranney, M. A., & Velautham, L. (2021). Climate change cognition and education: Given no silver bullet for denial, diverse information-hunks increase global warming acceptance. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 42, 139-146.
- Roper, J., Ganesh, S., & Zorn, T. E. (2016). Doubt, delay, and discourse: Skeptics' strategies to politicize climate change. *Science communication*, 38(6), 776-799.
- Santini, R. M., & Barros, C. E. (2022). Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. *Liinc em revista*, 18(1), e5948-e5948.
- Schreurs, M. A. (2019). Climate change denial in the United States and the European Union. In *Contesting global environmental knowledge, norms and governance* (pp. 89-109). Routledge.
- Schweickart, D. (2019). Against Democracy? Libertarianism, Capitalism, and Climate Change Denialism. *Journal of Social Philosophy*, 50(4).
- Shue, H. (2023). Unseen urgency: Delay as the new denial. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 14(1), e809.
- Silva, H. M. (2022). Information and misinformation about climate change: lessons from Brazil. *Ethics in Science and Environmental Politics*, 22, 51-56.
- Spektor, M., Fasolin, G. N. & Salgado, V. T. (2023). *Confronting Climate Skepticism in Brazil: Recommendations for Communicators*. São Paulo, Brazil: School of International Relations at FGV.
- Stern, P. C., Sovacool, B. K., & Dietz, T. (2016). Towards a science of climate and energy choices. *Nature Climate Change*, 6(6), 547-555.
- Stevenson, K. T., Peterson, M. N., Bondell, H. D., Moore, S. E., & Carrier, S. J. (2014). Overcoming skepticism with education:

- interacting influences of worldview and climate change knowledge on perceived climate change risk among adolescents. *Climatic change*, 126(3), 293-304.
- Supran & Oreskes, 2021, *One Earth* 4, 696–719 May 21, 2021 ³ 2021 The Author(s). Published by Elsevier Inc. <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2021.04.014>.
- Toni, A. A. C. (2024). Negacionismo climático e as narrativas possíveis na comunicação científica. *Revista Educação Pública*, 3(3).
- Tranter, B., & Booth, K. (2015). Scepticism in a changing climate: A cross-national study. *Global Environmental Change*, 33, 154-164.
- Thaler, A. D., & Shiffman, D. (2015). Fish tales: Combating fake science in popular media. *Ocean & Coastal Management*, 115, 88-91.
- Treen, K. M. D. I., Williams, H. T., & O'Neill, S. J. (2020). Online misinformation about climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 11(5), e665.
- Van Rensburg, W., & Head, B. W. (2017). Climate change scepticism: reconsidering how to respond to core criticisms of climate science and policy. *Sage Open*, 7(4), 2158244017748983.
- van Eck, C. W., & Feindt, P. H. (2022). Parallel routes from Copenhagen to Paris: climate discourse in climate sceptic and climate activist blogs. *Journal of environmental policy & planning*, 24(2), 194-209.
- Veldman, R. G. (2019). *The gospel of climate skepticism: Why evangelical Christians oppose action on climate change*. Univ of California Press.
- Wardle, C. (2018). *Information disorder: The essential glossary*. Harvard, MA: Shorenstein Center on Media, Politics, and Public Policy, Harvard Kennedy School.
- Whitmarsh, L. (2011). Scepticism and uncertainty about climate change: Dimensions, determinants and change over time. *Global environmental change*, 21(2), 690-700.
- Wong-Parodi, G., & Feygina, I. (2020). Understanding and countering the motivated roots of climate change denial. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 42, 60-64.
- Wu, Y., Wang, D., & Ma, F. (2024). A study on the competitive dissemination of disinformation and knowledge on social media. *Aslib journal of information management*, 76(1), 153-169.
- Ylä-Anttila, T. (2018). Populist knowledge: 'Post-truth' repertoires of contesting epistemic authorities. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 5(4), 356-388.
- Zaleha, B. D., & Szasz, A. (2015). Why conservative Christians don't believe in climate change. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 71(5), 19-30.



November 5th, 2025